

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
**CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICIPIO**



**RELATÓRIO DA AUDITORIA  
GERAL SOBRE AS CONTAS  
CONSOLIDADAS DO GOVERNO  
DO MUNICÍPIO DE  
CANTAGALO - RJ  
EXERCÍCIO DE 2017**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

MARILDA GUIMARÃES LIMA  
Controladora Geral do Município

JANAINA GONÇALVES BARBOSA ZANIBONI  
Auditor Técnico

ROAN LUTTERBACK SAUERBRONN  
Assessor

**ELABORAÇÃO**  
Marilda Guimarães Lima

**Informações:**  
Tel: (22) 2555-4204  
Fax: (22) 2555-4887  
Correio Eletrônico:  
[controleinterno@cantagalo.rj.gov.br](mailto:controleinterno@cantagalo.rj.gov.br)

Praça Miguel de Carvalho, n.º 65 - Centro  
Cantagalo – RJ - CEP: 28500-00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral do Município (CGM), Órgão Central de Controle Interno, conforme disposição contida na Lei Municipal nº 403 de 09 de dezembro de 1999, revogada pela Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011 que criou a Controladoria-Geral do Município, apresenta o Relatório da Auditoria Geral do Estado Sobre as Contas Consolidadas do Governo do Município de Cantagalo.

Este relatório constitui peça obrigatória a integrar a Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Executivo do Município, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esta Prestação de Contas será apresentada pelo Excelentíssimo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro TCE-RJ.

Como é sabido, o Município enfrenta uma crise financeira em decorrência da recessão que assola o país e alguns Estados, inclusive o Rio de Janeiro, impactando negativamente na sua gestão financeira, patrimonial, orçamentária, entre outras, com reflexos em todos os seguimentos em que atua na execução de políticas públicas.

Neste contexto, o exercício de 2017 foi marcado por insuficiência de arrecadação, onde as despesas crescentes e incompressíveis estão diretamente submetidas a um desafio de redesenho fiscal, que seja capaz de produzir os efeitos necessários para a acomodação das obrigações, que no caso das contas em apreço impactaram especialmente no limite de gastos com pessoal, além de repercutir na carência de recursos para a manutenção operacional dos órgãos e entidades, afetando inclusive os trabalhos de auditorias desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Município de Cantagalo.

Portanto, o atual ambiente econômico converge para um esforço de todo o Município em prosseguir na busca de caminhos de reestruturação organizacional, de equilíbrio e solidez fiscal que venham a atender e honrar as necessidades da população cantagalense.

De todo modo, a Controladoria-Geral do Município se manteve empenhada em executar o seu papel institucional, ciente que muito ainda temos que avançar no fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Município, pois acreditamos que assim contribuiremos ainda mais para o Governo do Município.

O Relatório da Controladoria Geral sobre as Contas Consolidadas tem que ser um instrumento que auxilie na transparência dos gastos governamentais, com o objetivo de evidenciar os resultados alcançados na execução orçamentária.

Ressalto, também, que este trabalho será divulgado pela internet, no sítio da Prefeitura. Isso contribuirá, ainda mais, para a transparência das políticas implementadas, disponibilizando as informações sobre a aplicação dos recursos públicos Municipais para a sociedade.

**MARILDA GUIMARÃES LIMA**  
Controladora-Geral do Município



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL NO EXERCÍCIO DE 2017

### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CGM vem, mais uma vez, em cumprimento Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011, emitir opinião acerca das contas consolidadas do Governo do Município de Cantagalo.

A nossa opinião está embasada no acompanhamento que realizamos ao longo do ano a partir da análise mensal dos documentos que nos são enviados por diversos órgãos e entidades do Município.

Os capítulos deste relatório mostrarão os resultados do trabalho que realizamos. Antes, neste capítulo, relataremos, de forma resumida, as nossas principais atividades desenvolvidas e os resultados decorrentes, além de um breve comentário sobre a auditoria operacional realizada pelo TCE-RJ nesta CGM.

### 1.2 RECURSOS HUMANOS DA CGM

A CGM, no exercício de 2017, contou com a força de trabalho de 03 colaboradores, dos quais 02 são servidores aprovados e nomeados por meio de concurso público e 01 é comissionado, conforme Quadro 1.1:

**Quadro 1.1 – Quantitativo de Pessoal da CGM**

CARGOS		LOTAÇÃO			
		2014	2015	2016	2017
<b>EFETIVOS</b>	Controladora Geral	1	1	1	1
	Auditor Técnico	1	1	1	1
<b>COMISSÃO</b>	Assessor	1	1	1	1
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

### 1.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Por força da Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011, cabe a CGM, como órgão integrante do Sistema de Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro, o exame de prestações e tomadas de contas de gestores dos Fundos e Autarquia responsáveis por bens, numerários ou valores do Município.

No exercício de 2017, o quantitativo de processos analisados e demais atividades se encontra demonstrado no Quadro 1.2, em termos absolutos e na série histórica 2014-2017.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

**Quadro 1.2 – Atividades realizadas na série histórica 2014-2017**

Modalidades	2014	2015	2016	2017
Análise de processos com expedição de parecer	420	4769	3666	4317
Atendimentos a órgãos e Entidades do Poder Executivo Municipal	528	660	498	561
Auditorias	02	02	03	02
Certificação de Prestação Contas Almoxarifado	06	06	06	06
Certificação de Prestação Contas Bens Patrimoniais	06	06	06	06
Certificação de Prestação Contas Ordenadores de Despesas	06	06	06	06
Capacitação com ou sem parceira com outros órgãos	02	01	01	02
Diligência TCE/RJ	-	45	45	56
Diligência Ministério Público	01	01	-	-
Edição de Instruções Normativas	-	04	02	02
Monitoramento de cumprimento de determinações TCE-RJ	29	39	35	48
Monitoramento de Plano de Ação do TCE-RJ	-	05	12	15
Ofícios e Memorandos	38	68	55	48
Participação da CGM em cursos e seminários	04	05	05	06
Reunião sobre normas de controle	02	02	04	03
Tomada de Contas	01	03	02	01
Visitas Técnicas a órgãos e entidades municipais	03	03	03	05
Outros				
<b>Total</b>				

Em termos de emissão de opinião, a maioria dos processos precisa ser certificada por força dos marcos regulatórios que disciplinam a questão, que preconiza que os certificados de auditoria e/ou pareceres sejam classificados como regular, regular com ressalva e irregular.

#### **1.4 ATUAÇÃO E GESTÃO POR RESULTADOS**

No período de 2015 a 2017 como parte de nosso planejamento estratégico, nossas rotinas passaram a ser introduzidas por meio de Instruções Normativas, sendo possível a elaboração de Plano de Auditoria Anual, *check list* para análise de processos de despesa e liquidação, normas e procedimentos de contabilidade, sendo ferramenta muito importante para a ampliação e aprimoramento das ações de controle.

Apresentaremos um resumo dos nossos principais resultados, relacionados às nossas atividades e estratégias que visaram expandir, integrar, modernizar e consolidar ações de controle interno e auditoria, de modo que a boa e regular execução de tais objetivos e ações possibilitassem o atingimento do resultado que é auxiliar a Gestão Pública no cumprimento de sua missão institucional. Os objetivos e ações são:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

- Reduzir o tempo médio de permanência de processos na CGM;
- Intensificar e Aperfeiçoar a avaliação dos controles internos;
- Aperfeiçoar o processo de planejamento anual de auditoria;
- Refinar o papel e função da atividade de Auditoria Interna;
- Aumentar o grau de implementação de recomendações feitas pela CGM aos órgãos/entidades;
- Exercer assessoria técnica;
- Intensificar as auditorias;
- Ampliar a transparência e fomentar o controle social;
- Aperfeiçoar a transparência, facilitando o acesso da informação para o cidadão;

## 1.5 AUDITORIA OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE-RJ

O TCE-RJ, no exercício de 2013, realizou uma Auditoria Operacional na Prefeitura de Cantagalo, com o objetivo de avaliar o seu sistema de controle interno, relativamente às suas condições de organização e funcionamento bem como sua atuação sobre a execução dos contratos, apontando, em síntese, as principais ocorrências identificadas pelos técnicos do Tribunal conforme processo TCE-RJ n.º 238.023-9/13:

- 1) Precariedade da estrutura e funcionamento do órgão central de controle interno;
- 2) Fiscalização contratual irregular;
- 3) Liquidação irregular da despesa;
- 4) Inconsistência no controle de bens permanentes;
- 5) Inconsistência no controle de bens de consumo;

Ato contínuo, houve **monitoramento** na **Prefeitura Municipal de Cantagalo**, entre os dias 20 e 24.06.2016, com o objetivo de verificar o saneamento de achados de auditoria referentes ao tema Controle Interno, constante do Plano Anual de Auditoria Governamental – PAAG, para o exercício de 2013.

Em última oportunidade, no processo referente a Prestação de Contas do Ordenador de Despesas 2015, n.º 808.225-7/16, foram solicitadas comprovações das medidas efetivamente adotadas em decorrência da implementação do Plano de Ação proposto no processo 238.023-9/13, o que foi informado por meio do Ofício CGM n. 10/2017 (cópia em anexo).

Desta forma, temos que as solicitações feitas pelo TCE no Relatório de Inspeção foram integralmente cumpridas, ou seja, as ações contempladas no Plano de Ação para aprimoramento do Controle interno foram devidamente implementadas.

Por derradeiro, a CGM pretende continuar investindo no amadurecimento dos seus processos de modo a efetivamente cumprir a sua missão que é —fortalecer os controles internos com atividades de auditoria, de forma ética, transparente e sustentável visando ao aperfeiçoamento da gestão pública e ao fomento ao controle



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

social.

## CAPÍTULO 2

### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2017

#### 2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

O art. 165 da Constituição Federal de 1988 indica que o Poder Executivo, por meio de leis de sua iniciativa, estabelecerá os instrumentos de planejamento e controle governamental, são eles:

##### 2.1.1 Plano Plurianual - PPA

O Plano Plurianual – PPA da Prefeitura para o período de 2018-2021 foi instituído pela Lei nº 1.363, de 08 de novembro de 2017, publicada na edição 415 do Jornal “O POPULAR”, em 28 de novembro de 2017 e terá sua programação revista anualmente, possibilitando a incorporação de novas políticas ou realinhamento das existentes, bem como o redimensionamento das metas físicas e financeiras previstas ao longo de sua vigência.

##### 2.1.2 Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO

A Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO deve estabelecer as metas e prioridades da administração pública, de forma a orientar a elaboração do orçamento anual.

- I. A Lei Municipal nº 1.315, de 04 de julho de 2016, estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, compreendendo:
- II. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- III. A organização e a estrutura dos orçamentos;
- IV. As diretrizes específicas para o Poder Legislativo
- V. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

suas alterações;

- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município
- VIII. As disposições relativas à Dívida Pública Municipal
- IX. As disposições finais.

### 2.1.3 Lei Orçamentária Anual — LOA

O Orçamento Anual (Lei Orçamentária Anual – LOA) visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual – PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na elaboração do Orçamento Público, as receitas são estimadas e as despesas fixadas, visando estabelecer as prioridades que serão executadas a cada ano de governo.

O Orçamento do Município, para o exercício de 2017, foi aprovado pela Lei Municipal nº 1.327/2016, de 16 de dezembro de 2016, que estimou uma receita bruta no valor de R\$ 98.807.040,00 (noventa e oito milhões, oitocentos e sete mil e quarenta reais) menos a estimativa das deduções da receita para formação do FUNDEB no montante de R\$ 10.891.040,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e um mil e quarenta reais), perfazendo o valor líquido de R\$ 87.916.000,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e dezesseis mil reais), assim fixou a despesa no valor líquido mencionado.

O orçamento aprovado para o exercício de 2017 contempla os Poderes Legislativo e Executivo do Município, neste incluído seus Fundos, Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Direta e Indireta. No montante acima está considerado o valor referente à **Despesa Intra-orçamentária** prevista de R\$ 4.275.000,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais).

#### ***2.1.3.1 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social***

De acordo com a Lei Municipal nº 1.327/2016 – LOA 2017, o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social orçamentária anual compreenderá:

#### **Quadro 2.1**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

ORÇAMENTO FISCAL		ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA	RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA
83.641.000,00	83.641.000,00	4.275.000,00	4.275.000,00

### 2.1.3.2 Autorização para Contratação de Operações de Créditos

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito no Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2017, demonstramos que o Município não contraiu operações de crédito no exercício.

## 2.2 METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

A meta bimestral de arrecadação é um importante instrumento de planejamento e controle da execução orçamentária, pois vincula a liberação do orçamento às metas de arrecadação projetadas.

O quadro a seguir demonstra as Metas da Distribuição da Receita Bruta por bimestre:

**Quadro 2.9**

Em reais



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

METAS DA DISTRIBUIÇÃO BIMESTRAL DA RECEITA BRUTA- EXERCÍCIO 2017							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.863.175,80</b>	<b>14.729.535,73</b>	<b>14.981.969,04</b>	<b>14.702.991,93</b>	<b>13.833.011,24</b>	<b>16.407.453,61</b>	<b>90.518.137,35</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	843.684,63	807.567,97	1.470.535,99	930.404,06	875.440,24	891.225,50	5.818.858,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	474.765,19	481.440,32	469.844,41	468.337,66	438.222,69	650.692,99	2.983.303,26
RECEITA PATRIMONIAL	291.462,38	278.316,01	225.147,54	336.672,19	197.951,70	169.858,11	1.499.407,93
RECEITA AGROPECUÁRIA							-
RECEITA INDUSTRIAL							-
RECEITA DE SERVIÇOS							-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.427.997,37	12.321.347,93	11.989.676,87	11.937.992,43	11.530.960,89	13.659.839,60	74.867.850,9
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	218.757,27	258.885,80	263.750,97	296.764,12	224.249,62	227.572,20	1.489.979,98
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES	606.508,96	581.977,70	563.013,26	732.821,47	566.186,10	808.265,21	3.858.772,70
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL							-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS							-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							-
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES							-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.998.643,59</b>	<b>-</b>	<b>16.607,04</b>	<b>15.299,86</b>	<b>-</b>	<b>245.926,86</b>	<b>3.276.477,35</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							-
ALIENAÇÃO DE BENS						23.750,04	23.750,04
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.998.643,59		16.607,04	15.299,86		222.176,82	3.252.727,31
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							-
DEDUÇÃO RECEITA CORRENTE	- 1840.734,29	- 1.640.792,88	- 1.639.431,22	- 1.518.191,67	- 1.555.451,08	- 1.680.083,54	- 9.874.684,68
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>18.861.819,39</b>	<b>14.729.535,73</b>	<b>14.998.576,08</b>	<b>14.718.291,79</b>	<b>13.833.011,24</b>	<b>16.653.380,47</b>	<b>93.794.614,70</b>

Fonte: Anexo 1 LRF

O Quadro 2.11 apresenta as Receitas Arrecadadas no exercício de 2017, por bimestre:

## Quadro 2.11

Em reais

RECEITAS ARRECADADAS BIMESTRALMENTE - EXERCÍCIO 2017							
DESCRIÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.415.932,50</b>	<b>12.506.764,90</b>	<b>12.779.524,33</b>	<b>12.451.978,90</b>	<b>11.711.374,06</b>	<b>13.919.104,80</b>	<b>76.784.679,49</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	843.684,60	807.568,00	1.470.535,99	930.404,10	875.440,30	891.225,50	5.818.858,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	474.765,20	481.440,30	469.844,42	468.337,70	438.222,76	650.692,99	2.983.303,37
RECEITA PATRIMONIAL	291.462,40	278.316,00	225.147,58	336.672,20	197.951,70	169.858,11	1.499.407,99
RECEITA AGROPECUÁRIA							-
RECEITA INDUSTRIAL							-
RECEITA DE SERVIÇOS							-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.806.020,30	10.939.440,60	10.613.996,40	10.716.564,90	10.199.759,30	12.207.328,20	66.483.109,70
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	606.509,16	581.977,70	563.013,36	732.821,50	566.186,10	808.265,21	3.858.773,03
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES							-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.998.643,60</b>	<b>-</b>	<b>16.607,14</b>	<b>15.299,90</b>	<b>-</b>	<b>245.926,86</b>	<b>3.276.477,50</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							-
ALIENAÇÃO DE BENS						23.750,04	23.750,04
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.998.643,60		16.607,14	15.299,90		222.176,82	3.252.727,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							-
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL							-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17.021.085,26</b>	<b>13.088.742,60</b>	<b>13.359.144,83</b>	<b>13.200.100,30</b>	<b>12.277.560,16</b>	<b>14.973.296,87</b>	<b>83.919.930,02</b>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Ao comparar as Metas de Arrecadação Bimestral com as Receitas Arrecadadas no exercício corrente, observa-se que o total das receitas arrecadadas não atingiu o montante apresentado nas metas bimestrais, , isso é, houve um decréscimo de (R\$3.996.070,00), como se demonstra:

**Quadro**  
**2.12**

R\$Reais							
DESCRIÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
RECEITA REALIZADA	17.021.085,10	13.088.742,85	13.359.144,86	13.200.100,12	12.277.560,16	14.973.296,93	83.919.930,02
(-) METAS DE ARRECAÇÃO	14.652.666,67	14.652.666,67	14.652.666,67	14.652.666,67	14.652.666,67	14.652.666,67	87.916.000,02
DIFERENÇA	- 2.368.418,43	1.563.923,82	1.293.521,81	1.452.566,55	2.375.106,51	- 320.630,26	3.996.070,00

Fonte:

## 2.3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o Art. 4º inciso II da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 1.297 para 2016, o Poder Executivo foi autorizado a abrir Créditos Suplementares, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 5% do total do Orçamento e efetuar Operações de Créditos conforme condições previstas na legislação em vigor.

Descrição	VALOR R\$
<b>Total da Despesa Fixada</b>	<b>87.916.000,00</b>
Limite para abertura de Créditos Suplementares: 5%	4.395.800,00

Entretanto, ressaltamos o disposto no item VI do artigo 4º da LOA:

“ Art. 4º - (...)

VI - Os Créditos Adicionais Especiais que porventura venham a ser abertos durante o exercício de 2017, aumentando o valor da despesa fixada,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

*servirão de base de cálculo para apuração do percentual de remanejamento mencionado no item II do artigo 4º desta lei”.*

Uma vez que houve uma abertura de Créditos Adicionais Especiais no valor de R\$ 3.624.568,42 (três milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), o limite para abertura de créditos suplementares, de acordo com o item VI do artigo 4º, foi o seguinte:

Descrição	VALOR R\$
<b>(A) Despesa Fixada - Lei 1.327/2016- LOA - Valor inicial</b>	<b>87.916.000,00</b>
<b>(B) Créditos Adicionais Especiais que aumentaram a despesa fixada (item VI do art. 4º da LOA)</b>	<b>3.624.568,42</b>
<b>(C) Total da despesa fixada para cálculo do Limite (A + B)</b>	<b>91.540.568,42</b>
Limite para abertura de Créditos Suplementares: 5% de ( C )	<b>4.577.028,42</b>

A execução orçamentária foi acrescida à importância de **R\$15.111.808,68** (quinze milhões, cento e onze mil, oitocentos e oito reais e sessenta e oito centavos), resultante de abertura de créditos Adicionais Suplementares e especiais e, reduzida a importância total de **R\$11.487.240,26** (onze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), demonstrando, assim, um total de Créditos no valor de **R\$91.540.568,42** (noventa e um milhões, quinhentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), conforme pode ser observado no Relatório de Movimentação Orçamentária, apensado à presente Prestação de Contas.

### 1.3) - DEMONSTRATIVO FINAL DAS ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

O Orçamento Anual sofreu algumas alterações através de Créditos Adicionais abertos, com autorização do Poder Legislativo, para atender despesas não previstas no orçamento;

- Com base nas alterações orçamentárias efetuadas nos diversos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo, o Orçamento final do Município de Cantagalo para o Exercício Financeiro de 2017 foi de **R\$ 91.540.568,42** (noventa e um milhões, quinhentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

No exercício de 2017, foram abertos créditos adicionais no montante de R\$ 3.624.568,42 e, também, houve anulação/cancelamento de dotações no montante de R\$11.487.240,26, resultando em um orçamento final de R\$ 91.540.568,42, representando um acréscimo de 4,12% em relação ao orçamento inicial, que era de R\$ 87.916.000,00, conforme demonstrado a seguir:

### Quadro 2.13



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO 2017
<b>DESPESA FIXADA</b>	87.916.000,00
<b>DOTAÇÃO SUPLEMENTAR</b>	<b>15.111.808,68</b>
SUPERAVIT FINANCEIRO	
EXCESSO DE ARRECADACAO	
ANULACAO DE DOTACAO	11.487.240,26
OPERACOES DE CREDITO	
DESTINCAO ESPECIFICA	
TRANSFERENCIA DA UNIAO - CONVÊNIOS	3.624.568,42
<b>DOTAÇÃO ESPECIAL</b>	
OPERACOES DE CREDITO - ESPECIAL	
<b>ANULAÇÕES/CANCELAMENTOS DE DOTAÇÕES</b>	<b>11.487.240,26</b>
CANCELAMENTO DE DOTACAO	11.487.240,26
<b>TOTAL</b>	<b>91.540.568,42</b>
<b>VARIAÇÃO %</b>	<b>4,12</b>

Com objetivo de verificar o cumprimento dos limites definidos na Lei Orçamentária Anual quanto à abertura de créditos suplementares, efetuou-se o cálculo do valor máximo permitido para suplementação com recursos provenientes de anulação parcial ou total, na forma a seguir demonstrada:

Quadro 2.14

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE OS CRÉDITOS ADICIONAIS POR ANULAÇÕES E O LIMITE LOA 2017	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017
Orçamento Inicial (I)	87.916.000,00
Item VI do Art. 4º da LOA - Créditos Adicionais Especiais que aumentaram a despesa fixada	3.624.568,42
Total da despesas fixada (II)	91.540.568,42
Limite para limite estabelecido na alínea “a”, art. 4º da LOA (5% do total da despesa)	4.577.028,42
Total dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total de dotações (III)	4.572.478,91
Percentual dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total de dotações em relação ao Orçamento Inicial (III/II)	4,995%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Considerando o quadro 2.14, verifica-se que o total dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total das dotações atinge o montante de R\$4.572.478,91, que corresponde a 4,99% do orçamento final para o exercício de 2017, estando, portanto, dentro do limite previsto no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual.

## 2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Na Execução Orçamentária da Receita do Município constam Receitas Orçamentárias e a Intraorçamentárias, que se conceituam da seguinte forma:

- Receita Orçamentária □ O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação das Receitas Orçamentárias nas categorias econômicas Correntes e de Capital.
- Receita Intraorçamentária □ constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação —91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005. Desta forma, na consolidação das contas públicas, estas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

A execução orçamentária, apresentada pelo Quadro 2.17, foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e intraorçamentária do Governo Municipal, incluindo a Administração Direta, Fundos, Autarquia, durante o exercício financeiro de 2017.

Cabe salientar que utilizamos como método de apuração dos resultados da execução orçamentária da receita, apresentados nos demonstrativos deste Capítulo, a Receita Prevista Atualizada e a Receita Arrecadada no exercício de 2017.

Ao comparar os montantes da receita estimada para o exercício de 2017 (R\$ 87.916.000,00) e da receita arrecadada (R\$ 83.919.930,82), pode-se observar que houve um déficit orçamentário de arrecadação de R\$ 3.996.069,98.

Os quadros 2.16 e 2.17 apresentam o déficit de arrecadação, por Fonte de Recurso e Natureza Orçamentária e Intraorçamentária da Receita:

**Quadro**  
**2.16**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

FONTE DE RECURSO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)
Recursos do Tesouro	50.792.800,00	46.772.602,89	4.020.197,11
Recursos de Outras Fontes	37.123.200,00	37.147.327,13	24.127,13
<b>TOTAL</b>	<b>87.916.000,00</b>	<b>83.919.930,02</b>	<b>3.996.069,98</b>

Fonte: Anexo XIII Lei 4.320/64

Obs.1: Valores já com as deduções da receita

### Quadro 2.17

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA					
EXERCÍCIO 2017					
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	83.641.000,00	80.061.157,32	3.579.842,68	96%	95%
RECEITAS CORRENTES	82.988.500,00	76.784.679,97	6.203.820,03	93%	91%
RECEITAS DE CAPITAL	652.500,00	3.276.477,35	2.623.977,35	502%	4%
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	4.275.000,00	3.858.772,70	416.227,30	90%	5%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.275.000,00	3.858.772,70	416.227,30	90%	5%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL					0%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>87.916.000,00</b>	<b>83.919.930,02</b>	<b>3.996.069,98</b>	<b>95%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Obs.2: Valores considerando as deduções da receita

Do total das Receitas Arrecadadas (R\$ 83.919.930,02), no exercício de 2017, 95,4% correspondem as receitas orçamentárias (R\$ 80.061.157,40) e 4,6% as receitas intraorçamentárias (R\$ 3.858.772,70).

O quadro 2.18 apresenta o comparativo entre os montantes das receitas arrecadadas dos exercícios de 2016 e 2017:

### Quadro 2.18



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Em Reais

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA				
EXERCÍCIOS 2016 E 2017				
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA 2016	RECEITA ARRECADADA 2017	DIFERENÇA (2017-2016)	A/H % (2017-2016)
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>76.944.364,90</b>	<b>80.061.157,40</b>	<b>3.116.792,50</b>	<b>4,05%</b>
RECEITAS CORRENTES	75.570.634,00	76.784.680,10	1.214.046,10	1,61%
RECEITAS DE CAPITAL	1.373.730,90	3.276.477,30	1.902.746,40	138,51%
<b>RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.001.759,60</b>	<b>3.858.772,70 -</b>	<b>142.986,90 -</b>	<b>0,04</b>
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.001.759,60	3.858.772,70 -	142.986,90 -	0,04
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL				
<b>TOTAL</b>	<b>80.946.124,50</b>	<b>83.919.930,10</b>	<b>2.973.805,60</b>	<b>3,67%</b>

Fonte: Anexo 1 do RREO 6º Bim/16 e 17.

Observa-se que a arrecadação no exercício de 2017 teve um acréscimo de R\$2.973.805,60 em relação ao exercício anterior. Isso significa que o Município, em relação ao exercício de 2017, aumentou em 3,67% a receita arrecadada, motivado principalmente pelo recebimento de transferência de convenio.

## 2.4.1 Receitas Orçamentárias

A análise, a seguir, evidenciará a movimentação orçamentária da Receita do Município, excluindo-se as intraorçamentárias.

**Quadro 2.19**

Em reais

RECEITAS ARRECADADAS BIMESTRALMENTE - EXERCÍCIO 2017							
DESCRIÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.415.932,50</b>	<b>12.506.765,15</b>	<b>12.779.524,56</b>	<b>12.451.978,73</b>	<b>11.711.374,05</b>	<b>13.919.104,93</b>	<b>76.784.679,92</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	843.684,60	807.568,00	1.470.536,10	930.404,10	875.440,30	891.225,50	5.818.858,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	474.765,20	481.440,30	469.844,40	468.337,70	438.222,70	650.693,00	2.983.303,30
RECEITA PATRIMONIAL	291.462,40	278.316,00	225.147,50	336.672,20	197.951,70	169.858,10	1.499.407,90
RECEITA AGROPECUÁRIA							-
RECEITA INDUSTRIAL							-
RECEITA DE SERVIÇOS							-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.806.020,30	10.939.440,85	10.613.996,56	10.716.564,73	10.199.759,35	12.207.328,33	66.483.110,12
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL							-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	606.509,00	581.977,70	563.013,30	732.821,50	566.186,10	808.265,20	3.858.772,80
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES							-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.998.643,60</b>	<b>-</b>	<b>16.607,00</b>	<b>15.299,90</b>	<b>-</b>	<b>245.926,80</b>	<b>3.276.477,30</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							-
ALIENAÇÃO DE BENS						23.750,00	23.750,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.998.643,60		16.607,00	15.299,90		222.176,80	3.252.727,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							-
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL							-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17.021.085,10</b>	<b>13.088.742,85</b>	<b>13.359.144,86</b>	<b>13.200.100,13</b>	<b>12.277.560,15</b>	<b>14.973.296,93</b>	<b>83.919.930,02</b>

Fonte: Anexo 1 do RREO 6º Bim/17.

A Receita Orçamentária Arrecadada, no exercício de 2017, monta o valor de





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

R\$ 83.919.930,02, sendo R\$ 76.784.679,92 de Receitas Correntes e R\$ 3.276.477,30 de Receitas de Capital.

No comparativo da execução orçamentária da receita por categoria econômica, entre os exercícios de 2016 e 2017, apresentado a seguir, pode-se verificar que, em 2017 houve um Acréscimo da receita arrecadada na ordem de 4,1% em relação ao exercício anterior:

**Quadro 2.20**

Em Reais

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTARIA ARRECADADA- EXERCÍCIO DE 2017				
DESCRIÇÃO	RECEITA EXERCÍCIO 2016	RECEITA EXERCÍCIO 2017	DIFERENÇA (2017 - 2016)	AH%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	75.570.634,00	76.784.680,10	1.213.996,10	1,6%
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.627.530,00	5.818.858,50	191.278,50	3,4%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.222.135,40	2.983.303,30	238.832,10	-7,4%
RECEITA PATRIMONIAL	1.353.817,10	1.499.407,90	145.590,80	10,8%
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.039.012,00	64.996.725,10	1.957.713,10	3,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.328.139,50	1.486.385,30	841.754,20	-56,6%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	1.373.730,90	3.276.477,30	1.902.746,40	58,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	23.370,00	23.750,00	380,00	1,6%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.350.360,90	3.252.727,30	1.902.366,40	58,5%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>76.944.364,90</b>	<b>80.061.157,40</b>	<b>3.116.742,50</b>	<b>4,1%</b>

Fonte: Anexo 1 RREO 6º bini/16 e 6º bini/17

### 2.4.1.1 Receitas Correntes

Conforme indicado no Quadro 2.19, o total das Receitas Correntes arrecadadas perfaz o valor de R\$ 76.784.679,92, que correspondem a 91,50% das Receitas Orçamentária arrecadadas no exercício corrente (R\$ 83.919.930,02).

O quadro a seguir apresenta a Receita Corrente arrecadada no exercício de 2017, discriminando-a por fonte de receita e rubrica. Pode-se observar que do montante das receitas correntes arrecadadas, as de maiores representatividade são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que correspondem a 86,39% e 6,71% destas arrecadações, respectivamente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 2.21

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE POR FONTE DE RECEITA E RUBRICA		
EXERCÍCIO 2017		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>5.818.858,39</b>	<b>6,71%</b>
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.037.405,00	2,35%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	2.968.404,84	3,43%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	231.031,34	0,27%
Taxas pela Prestação de Serviços	486.607,84	0,56%
Contribuição de Melhoria	95.409,37	0,11%
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2.983.303,26</b>	<b>3,44%</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>1.499.407,93</b>	<b>1,73%</b>
Receitas Imobiliárias	159.488,87	0,18%
Receitas de Valores Imobiliários	1.333.043,12	1,54%
Receitas de Concessões e Permissões	6.875,94	0,01%
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>		
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>		<b>0,00%</b>
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>		<b>0,00%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>74.867.815,09</b>	<b>86,39%</b>
Transferências da União	28.720.365,27	33,14%
Transferências do Estado	38.113.078,60	43,98%
Transferências Multigovernamentais	7.874.298,99	9,09%
Transferências de Convênios	160.072,23	0,18%
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.489.979,98</b>	<b>1,72%</b>
Multas e Juros de Mora	215.703,10	0,25%
Indenizações e Restituições	983.195,42	1,13%
Receita da Dívida Ativa	208.849,64	0,24%
Receitas Diversas	82.231,82	0,09%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>86.659.364,65</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64  
Obs: Valores considerando as deduções da receita

O quadro 2.22 demonstra o comparativo das Receitas Correntes Arrecadadas nos exercícios de 2016 e 2017.

Quadro 2.22

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE AS RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS - EXERCÍCIOS 2015 E 2016				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	DIFERENÇA (2017-2016)	AH% (2017/2016)
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.627.530,02	5.818.858,39	191.328,37	3%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.222.135,36	2.983.303,26	- 238.832,10	-7%
RECEITA PATRIMONIAL	1.353.817,12	1.499.407,93	145.590,81	11%
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73.015.696,38	74.867.815,09	1.852.118,71	3%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.329.313,79	1.489.979,98	- 839.333,81	-36%
<b>TOTAL</b>	<b>85.548.492,67</b>	<b>86.659.364,65</b>	<b>1.110.871,98</b>	<b>1,30%</b>

Fonte: Anexo 10 da Lei 4.320/64

Observa-se que o total das Receitas Correntes arrecadadas no exercício de 2017 sofreu um acréscimo de R\$ 1.110.871,98, que corresponde a 1,30% em relação ao exercício anterior. Cabe salientar que as únicas receitas que a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

arrecadação aumentou foram as Receita Tributária, Receita Patrimonial e Transferências Correntes.

#### 2.4.1.1.1 *Receita Tributária*

Conforme demonstrado no quadro 2.21, dentre as receitas correntes arrecadadas no exercício de 2017, a Receita Tributária representa a segunda maior fonte de recursos do Município, com 6.71% desta arrecadação.

Ressalta-se que, no exercício de 2017, o montante das Receitas Tributárias arrecadada foi R\$ 5.818.858,39, sendo que, deste, R\$ 2.968.404,84 referem-se, exclusivamente, a arrecadação de Impostos sobre a Produção e Circulação, que corresponde a 51% dessas receitas.

Ao comparar as arrecadações das receitas tributárias dos exercícios de 2017 e 2016, observa-se que, no exercício de 2017, apenas as Receitas Tributárias, Patrimonial e Transferências Correntes sofreram acréscimo em relação ao exercício anterior.

#### 2.4.1.1.2 *Transferências Correntes*

Conforme demonstrado no quadro 2.21, dentre as receitas correntes arrecadadas no exercício de 2017, as Transferência Correntes representa 86,39% desta arrecadação. Apresentamos, a seguir, a composição dessa receita:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

**Quadro  
2.25**

Em Reais

<b>DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		
<b>EXERCÍCIO 2016</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RECEITA ARRECADADA</b>	<b>% RECEITA ARRECADADA TOTAL</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>28.720.365,27</b>	<b>38,4%</b>
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	14.105.538,67	18,8%
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	13.940.239,20	18,6%
COTA-PARTE DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR	44.355,19	0,06%
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - ICMS DESONERAÇÃO LC Nº 87/96 (100%)	120.944,28	0,2%
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	180.855,00	0,2%
TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS	6.686.339,45	8,9%
COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	400.558,40	0,5%
COTA-PARTE ROYALTIES - EXCEDENTE PRODUÇÃO PETRÓLEO - LEI 9.478/97, ART. 4	6.137.266,34	8,2%
COTA-PARTE ROYALTIES PELA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL - LEI 9.478/97, ART. 50		0,0%
COTA-PARTE ROYALTIES DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP (LEI 9.478/97, ART. 50)	148.514,71	0,2%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (REPASSE FUNDO)	5.878.268,94	7,9%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	555.548,40	0,7%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB VARIÁVEL	1.948.568,07	2,6%
TRANSFERÊNCIA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	2.804.152,47	3,7%
PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO E DA QUALIDADE	570.000,00	0,8%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	162.624,20	0,2%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE	1.627.814,74	2,2%
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	78.924,27	0,1%
<b>TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>38.113.078,60</b>	<b>50,9%</b>
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	35.387.828,15	47,3%
COTA PARTE DO ICMS (100%)	33.277.663,71	44,4%
COTA PARTE DO IPVA (100%)	1.302.235,15	1,7%
COTA PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO (100%)	739.647,86	1,0%
COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	68.281,43	0,1%
ICMS VERDE	1.119.627,69	1,5%
COTA PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI 7.990/89	1.605.622,76	2,1%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		0,0%
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	7.874.298,99	10,5%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	160.072,23	0,2%
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>74.867.815,09</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Anexo 10 - Lei 4.320/64

Ressalta-se que, no exercício de 2017, o montante das Transferências Correntes arrecadada foi R\$ 74.867.815,09, sendo que, R\$ 38.113.078,60 referem-se, exclusivamente, a arrecadação de Transferências do Estado, que corresponde a 50,9% dessas receitas.

#### **2.4.1.2 Receitas de Capital**

Ressalta-se que neste subitem do Relatório, foram excluídas as receitas intraorçamentárias.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Conforme indicado no Quadro 2.19, o total das Receitas de Capital arrecadadas perfaz o valor de R\$ 3.276.477,35, que correspondem a 3,9% do total da Receita Orçamentária arrecadadas no exercício corrente (R\$ 83.919.930,02).

O quadro 2.26 apresenta a Receita de Capital arrecadada no exercício corrente, discriminando-a por fonte de receita e rubrica. Neste demonstrativo, observa-se que houve um superávit de arrecadação no montante de R\$ 2.623.977,35, que corresponde a um aumento de 502% do previsto para o período.

Em Reais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA DE CAPITAL EXERCÍCIO 2017				
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	AH% (B/A)	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.000,00</b>	<b>23.750,04</b>	<b>2375%</b>	<b>1%</b>
Operações de Crédito Internas Contratuais Relativas a Programas de Governo	1.000,00		0%	0%
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>25.000,00</b>	<b>23.750,04</b>	<b>95%</b>	<b>1%</b>
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	23.750,04	95%	1%
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>626.500,00</b>	<b>3.252.727,31</b>	<b>519%</b>	<b>99%</b>
Transferências Intergovernamentais	89.500,00	-	0%	
Transferências de Convênios	537.000,00	3.252.727,31	606%	99%
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>TOTAL RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>652.500,00</b>	<b>3.276.477,35</b>	<b>502%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Anexo X Lei 4.320/64

## 2.4.2 Receitas Intraorçamentárias

Ao comparar as Receitas Previstas (R\$ 3.926.158.311,94) com as Receitas Arrecadadas (R\$ 3.157.720.938,55), no exercício de 2016, observa-se que se arrecadou 19,55% a menos do que o previsto.

As Receitas Intraorçamentárias Correntes atingiram, no exercício de 2017, o montante de R\$ 3, contribuindo com 99,99% do total da arrecadação das Receitas Intraorçamentárias (R\$ 3.158.720.938,55). Ressalta-se que dentre as estas receitas a de maior representatividade é a Receita de Contribuições, com 74,85% dessas receitas.

O quadro 2.29 demonstra a comparação das Receitas Intraorçamentárias nos exercícios de 2016 e 2017.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## Quadro 2.29

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE AS ARRECADAÇÕES DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIOS 2016 E 2017				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	DIFERENÇA (2017-2016)	AH% (2017/2016)
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES	2.453.189,41	2.267.999,22	-185.190,19	-8%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS			0,00	
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	804.579,90	941.718,42	137.138,52	17%
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.668.618,23	957.324,99	-711.293,24	-43%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.176.900,00	2.480.000,00	303.100,00	14%
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS (COMPREV)			0,00	
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	4.001.759,63	3.858.772,70	-142.986,93	-4%
<b>TOTAL RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>11.105.047,17</b>	<b>10.505.815,33</b>	<b>-599.231,84</b>	<b>-4,99%</b>

Observa-se que o total das Receitas Intraorçamentárias arrecadadas no exercício de 2017 sofreu um decréscimo de R\$ 599.231,84, que corresponde a 4,99% a menor em relação ao exercício anterior. Cabe salientar que as únicas receitas que aumentaram foram a —Receita Patrimonial e a Receita de Transferências.

## 2.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Na Execução Orçamentária da Despesa do Município constam Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias, que se conceituam da seguinte forma:

- Despesas Orçamentárias ☐ é aquela que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente; e
- Despesas Intraorçamentárias ☐ são as operações que resultem de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, ou outra entidade no âmbito da mesma esfera de governo.

O inciso II do art. 35, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, determina que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, sendo assim, consideramos como despesas executadas no exercício o total das despesas empenhadas.

No exercício de 2017, o Município de Cantagalo executou despesas no montante de R\$ 81.315.034,97, sendo R\$ 77.355.232,97 de Despesas Orçamentárias e R\$ 3.959.802,00 de Despesas Intraorçamentárias, que correspondem, respectivamente, a 95,13% e 4,87% das despesas executadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Os montantes das despesas liquidadas (R\$ 78.181.501,80) e pagas (R\$ 74.900.140,60) correspondem a 96,15% e 92,11% das despesas empenhadas, respectivamente.

O montante de despesas liquidadas em relação à despesa autorizada correspondeu a 96,15% da despesa autorizada. Do total liquidado, 95,8% foram pagos. Os índices obtidos representam um equilíbrio entre as fases da execução da despesa.

A partir de agora, a abordagem para análise da execução da despesa do Município será a exclusão das despesas intraorçamentárias, a fim de evitar duplicidade.

## 2.5.1 Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A despesa é classificada por Poder, Órgãos e Unidades Orçamentárias, de forma a permitir um melhor controle do Erário e de sua distribuição, evidenciando a política econômico-financeira e o programa de governo, obedecidos os princípios orçamentários.

### 2.5.3.1 Por Função

O quadro a seguir demonstra a distribuição dos recursos orçamentários do Município por função, no exercício de 2017, levando em consideração a exclusão das Despesas Intraorçamentárias:

**Quadro 2.35**

DESPESA EXECUTADA POR FUNÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017			
CÓDIGO	FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
1	Legislativa	3.936.908,68	4,84%
4	Administração	7.141.591,90	8,78%
6	Segurança Pública	1.739.946,27	2,14%
8	Assistência Social	2.057.618,81	2,53%
9	Previdência Social	12.606.373,96	15,50%
10	Saúde	23.320.783,42	28,68%
12	Educação	16.796.349,21	20,66%
13	Cultura	400.697,54	0,49%
15	Urbanismo	5.814.295,32	7,15%
16	Habitação		0,00%
17	Saneamento	2.842.290,13	3,50%
18	Gestão Ambiental	602.654,96	0,74%
19	Ciência e Tecnologia		0,00%
20	Agricultura	660.500,73	0,81%
23	Comércio e Serviços	801.865,78	0,99%
24	Comunicações	6.277,26	0,01%
26	Transporte	1.779.693,47	2,19%
27	Desporto e Lazer	22.734,29	0,03%
28	Encargos Especiais	784.453,24	0,96%
	<b>TOTAL</b>	<b>81.315.034,97</b>	<b>100,00%</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

A função Saúde obteve a maior representatividade na execução da despesa com R\$ 23.320.783,42, seguida pela Educação com R\$ 16.796.349,21, correspondendo, respectivamente, a 28,68%, e 20,66% dos gastos.

### 2.5.4 Classificação Econômica

A Lei Federal nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em seu art. 12, estabelece a classificação da despesa orçamentária, distinguindo-a entre Correntes e de Capital.

A Portaria Interministerial nº 163/2001, que trata das normas gerais de consolidação das Contas Públicas Nacionais, também dispõe sobre a classificação da despesa segundo a sua natureza, distinguindo-a por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Elemento de Despesa, estabelecendo as Modalidades de Aplicação.

O quadro 2.37 demonstra a execução da despesa por categoria econômica e grupo de despesa, segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados.

**Quadro 2.37**

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA DESPESA, POR CATEGORIA ECONOMICA E GRUPO DE DESPESA DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.					
GRUPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>74.246.273,40</b>	<b>73.512.152,60</b>	<b>99,01</b>	<b>99,04%</b>	<b>734.120,90</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.280.781,50	49.280.781,60	100,00	66,40%	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.965.491,90	24.231.371,00	97,06	32,65%	734.120,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.108.959,60</b>	<b>711.297,20</b>	<b>22,88</b>	<b>0,96%</b>	<b>2.397.662,40</b>
INVESTIMENTOS	3.108.959,60	711.297,20	22,88	0,96%	2.397.662,40
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
<b>TOTAL</b>	<b>77.355.233,00</b>	<b>74.223.448,80</b>	<b>95,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.131.783,30</b>

As Despesas Correntes correspondem a 99,04% do total das despesas orçamentárias executadas no exercício de 2017, sendo que o grupo de despesa que representa o maior percentual de gastos do governo é Pessoal e Encargos com 66,40% das despesas executadas.

As Despesas de Capital correspondem a 0,96% do total das despesas orçamentárias executadas no exercício de 2017.

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre as despesas orçamentárias executadas, por tipo de administração, nos exercícios de 2016 e 2017. Observa-se





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

que as Despesas Orçamentárias executadas no exercício de 2017 sofreu um decréscimo de R\$ 5.421.544.871,88 em relação ao exercício anterior, entretanto, ocorreu aumento em 02 grupos de despesa – Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.

**Quadro 2.38**

Em Reais

COMPARATIVO DA DESPESA EXECUTADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA (2016 - 2017)				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	DIFERENÇA (2016-2017)	AH% (2017/2017)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>71.128.959,90</b>	<b>73.512.152,60</b>	<b>2.383.192,70</b>	<b>99,04%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.618.146,40	49.280.781,60	662.635,20	66,40%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.510.813,50	24.231.371,00	1.720.557,50	32,65%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.688.139,50</b>	<b>711.297,20</b>	<b>-976.842,30</b>	<b>0,96%</b>
INVESTIMENTOS	1.688.139,50	711.297,20	-976.842,30	0,96%
INVERSÕES FINANCEIRAS				
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
<b>TOTAL</b>	<b>72.817.099,40</b>	<b>74.223.449,80</b>	<b>1.406.350,40</b>	<b>100,00%</b>

#### 2.5.4.1 *Despesas Correntes*

Consideram-se despesas correntes as dotações para manutenção das atividades do governo, que se realizam de forma contínua, de modo a garantir a prestação dos serviços públicos. Não produzem acréscimos ao patrimônio, não contribuindo para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Nelas se incluem as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis, bem como as dotações para despesas às quais não haja a correspondente contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

O quadro a seguir demonstra a execução da Despesa Corrente por grupo de despesa e modalidade de aplicação, segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 2.39

DEMONSTRATIVO DA DESPESA CORRENTE - POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017				
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.280.781,50	49.280.781,60	100,00%	67,04%
Aplicações Diretas	49.280.781,50	49.280.781,60	100,00%	67,04%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Aplicações Diretas				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.965.491,90	24.231.371,00	97,06%	32,96%
Aplicações Diretas	24.965.491,90	24.231.371,00	97,06%	32,96%
TOTAL	74.246.273,40	73.512.152,60	99%	100%

#### 2.5.4.2 Despesas de Capital

Nesta categoria econômica estão as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Do total das Despesas de Capital executadas (R\$ 711.297.20), a modalidade de aplicação de maior representatividade foi Aplicações Diretas de Investimentos - Obras e Instalações, com 100% do total das despesas executadas.

#### 2.5.5 Despesas Intra-orçamentárias

Considera-se como Despesas Intraorçamentárias as aplicações de recursos decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005.

No exercício de 2017, do total das despesas intraorçamentárias executadas (R\$ 3.959.802,00), 99,96% foram liquidados (R\$ 3.958.052,00) e 95,05% foram pagas (R\$ 3.763.779,30).

### 2.6 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Após as exposições das execuções orçamentárias da Receita e da Despesa, efetua-se a comparação das mesmas, com o fim de analisar a Execução Orçamentária do exercício de 2017, conforme o quadro 2.48.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 2.48

Em Reais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO 2017			
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO/DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO (B)	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA (B-A)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS (I)</b>	<b>91.540.568,40</b>	<b>83.918.930,10</b>	<b>-7.621.638,30</b>
Receitas Correntes	87.263.500,00	80.643.452,80	-6.620.047,20
Receitas de Capital	4.277.068,40	3.275.477,30	-1.001.591,10
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>91.540.568,40</b>	<b>78.181.501,80</b>	<b>-13.359.066,60</b>
Despesas Correntes	84.999.600,70	77.470.204,60	-7.529.396,10
Despesas de Capital	6.540.967,80	711.297,20	-5.829.670,60
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>			
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE (IV)</b>		<b>3.173.248,20</b>	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (V)</b>		<b>2.564.180,10</b>	
<b>SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II) OU (IV-V)</b>		<b>5.737.428,30</b>	

Fonte: Anexo 1 RREO 6º bím.

Após análise da execução orçamentária e intraorçamentária, conclui-se que o Município apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$ 5.737.428,30, tendo em sua composição R\$ 3.173.248,20 de superávit corrente e R\$ 2.564.180,10 de superávit de capital.

Ao considerar a previsão da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2017, observa-se que houve um déficit na arrecadação no valor de R\$ 7.621.638,30 e uma economia de execução de despesas no valor de R\$ 13.359.066,60.

O Quadro 2.49 demonstra o Resultado da Execução Orçamentária após exclusão das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

Quadro 2.49

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO DE 2017			
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO/DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO (B)	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA (B-A)
<b>RECEITAS (I)</b>	<b>87.263.568,40</b>	<b>80.061.157,40</b>	<b>- 7.204.411,00</b>
Receitas Correntes	82.988.500,00	76.784.680,10	- 6.203.819,90
Receitas de Capital	4.277.068,40	3.276.477,30	- 1.000.591,10
<b>DESPESAS (II)</b>	<b>84.100.870,30</b>	<b>74.957.570,60</b>	<b>- 9.143.249,70</b>
Despesas Correntes	80.991.860,70	74.246.273,40	- 6.745.587,30
Despesas de Capital	3.108.959,60	711.297,20	- 2.397.662,40
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>			
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE (IV)</b>		<b>2.538.406,70</b>	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (V)</b>		<b>2.565.180,10</b>	
<b>SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II) OU (IV+V)</b>		<b>5.103.586,80</b>	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Ao se excluir as receitas e despesas intraorçamentárias, pode-se observar que houve um déficit na arrecadação no valor de R\$ 7.204.411,00 e uma economia de execução de despesas no valor de R\$ 9.143.249,70. E, em relação ao total da execução orçamentária, verifica-se que o resultado foi superavitário, no montante de R\$ 5.103.586,80.

## 2.7 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, Isto é, trata-se de uma verificação quanto à adequação aos limites orçamentários do Governo, no sentido de averiguar se está havendo uma redução ou elevação do endividamento do setor público.



- **RECEITAS PRIMÁRIAS** (Receitas Não Financeiras) □ são todas as receitas orçamentárias realizadas, deduzidas das receitas com rendimento de aplicações financeiras, das operações de crédito, das provenientes de alienações de bens e das provenientes das amortizações de empréstimos concedidos; e
- **DESPESAS PRIMÁRIAS** (Despesas Não Financeiras) □ são todas as despesas orçamentárias executadas, deduzidas das despesas com juros e encargos da dívida, além das amortizações da dívida e das despesas com empréstimos e financiamentos concedidos com retorno garantido.

O art. 16 da Lei Municipal nº 1.327/2016, de 16 de dezembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual (LOA 2016) - atualiza Metas Fiscais para 2017 de que tratam o parágrafo I do art.1º e o art. 37º da Lei Municipal nº 1.315/2016, de 04 de julho de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, na forma dos Demonstrativos da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2017 constantes desta Lei.

O quadro a seguir demonstra a apuração do Resultado Primário do exercício de 2017:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 2.50

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		Jan a Dez/2017
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	86.185.450,00	79.310.409,60
Receitas Tributárias	6.751.700,00	5.818.858,40
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	350.000,00	401.991,70
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	4.236.000,00	2.968.404,90
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	300.000,00	291.540,70
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.365.000,00	1.343.872,60
Outras Receitas Tributárias	500.700,00	813.048,50
Receita de Contribuição	7.730.000,00	6.842.076,00
Receita Previdenciária	6.905.000,00	6.126.771,90
Outras Receitas de Contribuições	825.000,00	715.304,10
Receita Patrimonial Líquida	137.642,00	166.364,80
Receita Patrimonial	1.215.692,00	1.499.407,90
(-)Aplicações Financeiras	1.078.050,00	1.333.043,10
Transferências Correntes¹	69.192.160,00	64.996.725,10
Cota Parte FPM (80%)	10.736.960,00	11.383.154,00
Cota Parte ICMS (80%)	30.996.200,00	27.524.705,60
L.C. Nº 87/96 - ICMS Desoneração (80%)	96.000,00	96.755,50
Convênios	375.000,00	160.072,20
Outras Transferências Correntes	26.988.000,00	25.832.037,80
Demais Receitas Correntes	2.373.948,00	1.486.385,30
Dívida Ativa	265.598,00	208.849,60
Diversas Receitas Correntes	2.108.350,00	1.277.535,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	4.277.068,40	3.276.477,30
Operações de Crédito (III)	1.000,00	-
Amortização de Empréstimos (IV)	-	-
Alienação de Ativos (V)	25.000,00	23.750,00
Transferências de Capital	4.251.068,40	3.252.727,30
Convênios	4.161.568,40	3.252.727,30
Outras Transferências de Capital	89.500,00	-
Outras Receitas de Capital	-	-
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)</b>	4.251.068,40	3.252.727,30
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>90.436.518,40</b>	<b>82.563.136,90</b>

DESPEAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES</b>	<b>84.999.600,70</b>	<b>78.206.075,40</b>	<b>77.470.204,50</b>	<b>1.492.094,30</b>
Despesas Correntes	84.999.600,70	78.206.075,40	77.470.204,50	1.492.094,30
(-) Juros e Encargos da Dívida				
<b>DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>6.540.967,80</b>	<b>3.108.959,60</b>	<b>711.297,20</b>	<b>76.851,10</b>
Despesas de Capital	6.540.967,80	3.108.959,60	711.297,20	76.851,10
(-) Concessão de Empréstimos				
(-) Aquisição Título Capital já Integralizado				
(-) Amortização da Dívida				
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>				
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)</b>	<b>91.540.568,50</b>	<b>81.315.035,00</b>	<b>78.181.501,70</b>	<b>1.568.945,40</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (III=I-II)</b>	<b>-1.104.050,10</b>	<b>1.248.101,90</b>		

<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO 2017</b>	<b>-1.033.465,10</b>
---	----------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

As despesas primárias correntes empenhadas no exercício de 2017 perfazem o montante de R\$ 78.206.075,40, sendo R\$ 77.470.204,50 referentes às despesas liquidadas e R\$ 1.492.094,30 às despesas inscritas em restos a pagar não processados.

A LDO 2017 projetou a meta do resultado primário para o exercício como deficitária em R\$ 1.033.465,10.

O quadro 2.50 demonstra o Resultado Primário do Município de Cantagalo, no exercício de 2017, considerando tanto o montante das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas, sendo, assim, se compararmos a meta projetada na LDO 2017 com as despesas, teremos o seguinte resultado:

O Município de Cantagalo apresentou em 2017 um “**Resultado Primário**” de **R\$ 1.248.101,90**, ou seja **deficitário** uma vez que, após a quitação de todas as despesas contraídas no exercício de 2017 resultado deveria ser utilizado para o pagamento e/ou amortização de sua “Dívida Consolidada Líquida” (**-R\$ 3.571.541,40**).

## 2.8 RESTOS A PAGAR

Segundo o Art. 36 da Lei 4.320/64, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Destarte, a despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro, final do exercício financeiro, será considerada como restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro. Uma vez empenhada, a despesa pertence ao exercício financeiro em que o empenho ocorreu, onerando a dotação orçamentária daquele exercício.

Entende-se por restos a pagar processados aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Nessa fase, a despesa processou-se até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada realizada, faltando apenas o pagamento.

Já os restos a pagar não processados são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho fora emitido, porém, o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação. Do ponto de vista do sistema orçamentário de escrituração contábil, a despesa não está devidamente processada.

### 2.8.1 Execução dos Restos a Pagar durante o Exercício



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

No exercício de 2017, os Restos a Pagar inscritos antes deste período sofreram algumas movimentações, a saber:

**2.8.1.1 Por Poder e Tipo de Administração**

**Quadro 2.51**

DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS ANTES DO EXERCÍCIO 2017				
POR PODER E TIPO DE ADMINISTRAÇÃO				
DESCRIÇÃO	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR ANTES DA INSCRIÇÃO DE RP2017
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	2.078.543,70	53.936,10	1.933.013,60	91.594,00
<b>EXECUTIVO</b>	2.078.543,70	53.936,10	1.933.013,60	91.594,00
Adm.Direta	801.974,90	53.936,10	656.460,40	91.578,40
Autarquia	210.840,00	0,00	210.840,00	0,00
Fundos	1.065.728,80	0,00	1.065.713,20	15,60
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Adm.Direta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	2.392.091,60	13.590,80	1.536.739,90	841.760,90
<b>EXECUTIVO</b>	2.387.261,60	13.590,80	1.531.909,90	841.760,90
Adm.Direta	1.926.373,10	13.141,90	1.075.967,20	837.264
Autarquia	665,00	0,00	665,00	0,00
Fundos	460.223,50	448,90	455.277,70	4.496,90
<b>LEGISLATIVO</b>	4.830,00	0,00	4.830,00	0,00
Adm.Direta	4.830,00	0,00	4.830,00	0
<b>TOTAL RESTOS A PAGAR</b>	4.470.635,30	67.526,90	3.469.753,50	933.354,90

Observa-se que o saldo inicial de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2017 é de R\$ 4.470.635,30, sendo R\$ 2.078.543,70 (Processados) e R\$ 2.392.091,60 (Não Processados). Durante o exercício corrente ocorreram algumas movimentações, a saber:

1) Restos a Pagar Processados – RPP

Do montante de R\$ 2.078.543,70 inscritos em RP, o Município pagou R\$ 1.933.013,60 e cancelou R\$ 53.936,10, restando saldo a pagar de R\$ 91.594,00. Ressalta-se que, no final do exercício corrente, deve-se considerar, também, o montante de Restos a Pagar Não Processados liquidados e não pagos no valor de R\$ 841.760,90, logo, o saldo final dos Restos a Pagar Processados inscritos antes de 2017 passa a ser de R\$ 933.354,90

O quadro a seguir demonstra a composição dos Restos a Pagar Processados que foram cancelados no exercício de 2017, discriminando-os por Poder, Grupo de Despesa e Exercício de sua inscrição:

**Quadro 2.52**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS NO EXERCÍCIO DE 2017 - POR PODER E GRUPO DE DESPESA					
DESCRIÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	TOTAL
EXECUTIVO	0,00	53.936,07	0,00	0,00	53.936,07
EXERCÍCIO 2016		53.936,07			53.936,07
<b>LEGISLATIVO</b>					
<b>TOTAL RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS</b>	<b>0,00</b>	<b>53.936,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.936,07</b>

2) Restos a Pagar Não Processados - RPNP

Do montante de R\$ 2.392.091,60 inscritos em RPNP, o Município liquidou e pagou R\$ 1.536.739,90 e cancelou R\$ 13.590,80, restando no final do exercício corrente o saldo a pagar de R\$ 841.760,90.

### 2.8.1.2 Por Exercício de Inscrição dos Restos a Pagar

No exercício corrente, os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2017, perfaz o montante de R\$ 4.470.269,70, sendo R\$ 2.078.277,10 de Restos a Pagar Processados e R\$ 2.391.992,60 de Restos a Pagar Não Processado.

Considerando o citado no item 2.8.1, demonstra-se a seguir a composição dos Restos a Pagar, por exercício de inscrição:

**Quadro 8.58**

RESTOS A PAGAR, POR PERÍODO DE INSCRIÇÃO EXERCÍCIO 2017							
DESCRIÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
RESTOS A PAGAR							
PROCESSADOS	1.749,90	0,00	734.120,90	2.397.662,40	0,00	0,00	3.133.533,20
EXERCÍCIO 2016	1.749,90		734.120,90	2.397.662,40			3.133.533,20
NÃO PROCESSADOS	1.027.169,40	0,00	464.924,80	76.851,10	0,00	0,00	1.568.945,30
EXERCÍCIO 2016	1.027.169,40		464.924,80	76.851,10			1.568.945,30
<b>TOTAL</b>	<b>1.028.919,30</b>	<b>0,00</b>	<b>1.199.045,70</b>	<b>2.474.513,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.702.478,50</b>

Observa-se que o saldo final de Restos a Pagar, no exercício de 2017, é de R\$ 4.762.478,50, sendo R\$ 3.133.533,20 de Restos a Pagar Processados e R\$ 1.568.945,30 de Restos a Pagar Não Processados, correspondendo, respectivamente, a 66,63% e 33,36% do total.

## 2.9 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO PODER





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## EXECUTIVO

O demonstrativo a seguir visa assegurar a transparência da disponibilidade financeira e verificar a parcela comprometida para inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

**Quadro 2.59**

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO - EXERCÍCIO DE 2017			
DESCRIÇÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
DISPONIBILIDADE DE CAIXA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPMP (I)	16.450.969,30	5.059.086,00	11.391.883,30
EXECUTIVO	6.018.868,40	4.501.020,10	1.517.848,30
RPPS	10.432.100,90	558.065,90	9.874.035,00
INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - RPMP (II)			3.040.733,60
SUPERÁVIT/DÉFICIT (I-II)			8.351.149,70

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2017, const. ante do Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (art. 55, III, "b" da LRF) emissão 23/03/2018

Pode-se observar que o Poder Executivo (Executivo+RPPS) do Município de Cantagalo, no exercício de 2017, possui disponibilidade de caixa positiva, no montante de R\$ 8.351.149,70, suficiente para cobrir com suas obrigações contraídas.

## 2.10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — RPPS

### 2.10.1 Contextualização

A partir de 1998, o tema da Previdência Social passou a ser o centro das atenções no cenário nacional e isto ocorreu porque o Governo Federal entendeu o quanto é importante a questão da Previdência Social no equilíbrio das contas públicas e na retomada da capacidade de investimento do Estado Brasileiro.

A situação até 1998 era de um sistema assistencialista, misturando Previdência Social com assistência médica e até com financiamento de imobiliário, e, na maioria dos casos, sem alíquotas de contribuição - um dos pilares da Previdência Social.

O comprometimento dos orçamentos dos entes federativos com os custos previdenciários inviabilizava os investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e infraestrutura, uma vez que o déficit previdenciário era coberto com recursos do tesouro.

Diante deste quadro, o Governo Federal propôs um leque de medidas estruturais que devem ser seguidas pelos entes federativos que optarem por ter seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, criando uma série de diplomas legais que procurem dar uma nova feição aos RPPS dos entes federativos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

A Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Portaria MPAS n.º 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, estabeleceram as bases sob as quais os RPPS devem ser organizados.

Em um segundo momento surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000), instrumento de responsabilização do administrador público. Esta lei por impor limites de gastos, especialmente com pessoal ativo e inativo, obriga os administradores a repensarem seu quadro de pessoal e regime funcional.

Cabe ressaltar que a LRF criou um novo cenário para os Entes, Poderes e os Regimes próprios de Previdência Social, uma vez que dentre outras obrigações exige que o Anexo de Metas Fiscais contenha a avaliação financeira e atuarial e limites para gastos com pessoal.

Posteriormente à LRF, foram promulgadas as Emendas Constitucionais n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e n.º 47, de 06 de julho de 2005, a Lei Federal n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, a Portaria MPS n.º 916, de 15 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, que tratam da planificação contábil dos RPPS, e a Portaria MPS n.º 172, de 11 de fevereiro de 2005, a qual dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Destaca-se que, desde 1º novembro de 2001 o Ministério da Previdência Social já emitia o CRP para os entes federativos que atendessem as condições contidas na Portaria MPAS n.º 2.346, de 10 de julho de 2001.

### Ao Repasse das Contribuições Previdenciárias.

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, constatamos um resultado previdenciário deficitário na ordem de **-R\$ 2.101.653,80** (dois milhões, cento e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receitas Previdenciárias	10.505.815,30
Despesas Previdenciárias	12.607.489,10
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - EXERCÍCIO DE 2017</b>	<b>-2.101.653,80</b>

Conforme demonstrado acima, houve um resultado deficitário no exercício, entretanto providências são tomadas para se adequar o Instituto às Normas da Legislação Federal, conseguindo assim garantir o equilíbrio financeiro, tendo como resultado um superávit previdenciário no Sistema Previdenciário dos Servidores do Município de Cantagalo.

Neste contexto, providências foram tomadas para se adequar o Instituto às Normas da Legislação Federal, conseguindo assim garantir o equilíbrio financeiro, tendo como resultado um superávit previdenciário no Sistema Previdenciário dos Servidores do Município de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Cantagalo.

No exercício de 2013, foi criada a Lei Municipal nº 1.169 de 21 de novembro de 2013, que dispõe autorização do Poder Executivo na incorporação de ativos ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal e também regulamentado no Decreto nº 2.738 de 21 de novembro de 2013, a incorporação de parte dos créditos relativos às participações e compensações financeiras (royalties) no resultado da exploração de petróleo ou gás natural a que o Município faz jus receber e até o limite definido em cálculo atuarial e em restrito acordo com a legislação federal, visando assegurar recursos para garantir o pagamento de benefícios concedidos aos servidores públicos.

A Autarquia mantém regularizada até a presente data, sua situação diante a Secretaria da Previdência Social, obtendo o Município, a partir de 12/09/06 o seu **C.R.P. – Certificado de Regularidade Previdenciária, anexados ao presente relatório.**

Destaca-se ainda que a Compensação Financeira tem sido tratada com todo o empenho pelo IPAM e essa importante receita, em face de regularidade do Instituto, vem sendo creditada mensalmente, embora não representando o volume de processos de aposentadorias que foram e têm sido homologados por essa Egrégia Corte.

Não existe nenhum processo que não tenha sido encaminhado imediatamente para o **COMPREV**, após o registro competente do TCE/RJ.

### **CAPÍTULO 3**

## **ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS ÍNDICES LEGAIS**

Neste capítulo procuramos verificar a aplicação dos recursos do Estado em cumprimento aos ditames da Constituição Federal e Estadual, e na legislação infraconstitucional, os quais estabelecem regras que garantem a aplicação mínima de recursos públicos, por exemplo, para as funções saúde e educação, e que também impõe limites para os gastos públicos.

A nossa abordagem foi direcionada para a verificação do alcance dos indicadores, metas, prioridades e aplicação dos recursos, no exercício de 2017, para as áreas de governo que foram priorizadas pela legislação, e a nossa metodologia de trabalho consistiu no controle da conformidade entre os atos normativos legais em confronto com a execução orçamentária.

As informações da execução orçamentária e financeira necessárias para a nossa análise foram obtidas do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em seus demonstrativos e publicações elaborados pelo Município em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **3.1 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO — FUNDEB**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

O FUNDEB é fundo contábil de natureza financeira. Todos os entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) contribuem destinando parte de seus recursos para sua constituição.

Dispõe o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 53/2006 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão, até o exercício de 2020, parte dos recursos, a que se refere o caput do artigo 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Cumpra mencionar que a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB estabelece, nos artigos 70 (despesas incluídas) e 71 (despesas excluídas), as ações que devem ou não ser consideradas como despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

### 3.1.1 Composição Financeira

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil e, desde 2009, é composto das seguintes fontes de receita:

Contribuição de Estados, DF e Municípios	Percentual
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundo de Participação dos Estados – FPE</li> <li>- Fundo de Participação dos Municípios – FPM</li> <li>- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS</li> <li>- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp</li> <li>- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD</li> <li>- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA</li> <li>- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) – ITRm</li> <li>- Recursos relativos à Desoneração de Exportações (LC nº 87/96)</li> <li>- Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios)</li> </ul>	20%,
Receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.	20%
Complementação da União com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado ou Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com os recursos dos próprios governos. (o valor médio calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007)	10% do valor total do Fundo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007, não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Essa complementação da União está definida em, no mínimo, 10% do valor total do fundo, a partir de 2010, conforme inciso VII, letra —dII, do caput do art. 60 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

### 3.1.2 Destinação e Distribuição de Recursos

A Lei nº 11.494/2007 determina que os recursos do FUNDEB devam ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e de desenvolvimento da educação básica pública, particularmente na valorização do magistério, com aplicação de parcela mínima de 60% do Fundo, calculada sobre o montante anual dos recursos creditados na conta no exercício, destinada à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante, quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os recursos restantes (de até 40% do total) devem ser direcionados para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), realizadas na educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

Os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal. Assim, o estado recebe os recursos do FUNDEB com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, enquanto que os municípios recebem com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

### 3.1.3 Base de Cálculo das Contribuições para Formação do FUNDEB

#### Quadro 3.1



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2017 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.891.040,00	10.891.040,00	9.871.090,00	90,63
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.684.240,00	2.684.240,00	2.557.085,20	95,26
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.703.800,00	7.703.800,00	6.872.585,80	89,21
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	24.188,80	100,79
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	190.000,00	190.000,00	147.929,50	77,86
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	19.000,00	19.000,00	8.851,60	46,59
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	270.000,00	270.000,00	260.449,10	96,46

RECEITAS RECEBIDAS - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	% B/A
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.730.000,00	7.730.000,00	7.896.503,50	102,15
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	7.874.298,99	102,26
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	30.000,00	30.000,00	22.204,50	74,02

No exercício de 2017, a contribuição do Município de Cantagalo para o FUNDEB foi de R\$ 9.871.090,00. Recebeu, a título de transferências multigovernamentais, o valor de R\$ 7.874.298,99, evidenciando uma perda líquida de (R\$ 1.996.791,00), que corresponde a 25,3% do total aplicado pelo Município.

### 3.1.3.1 Comparativo das Contribuições dos exercícios de 2016 e 2017

**Quadro 3.2**

COMPARATIVO DAS RECEITAS PARA BASE DE CÁLCULO DOS GASTOS COM O FUNDEB				
EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017				
CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	RECEITA ARRECADADA 2016		RECEITA ARRECADADA 2017	
	(A)	(B)	VARIÇÃO % EXERCÍCIO 2016 E 2017 (B/A)	
TOTAL DA RECEITA (I)	9.976.684,40	9.871.090,00	-1%	
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS DO FUNDEB (II)	7.306.974,80	7.874.298,99	8%	
PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (III=I-II)	-	2.669.709,60	- 1.996.791,01 -25%	

O total da receita do FUNDEB em 2017, proveniente da contribuição do Município, apresentou redução de 1,11% em relação ao exercício anterior. A variação percentual das Transferências Multigovernamentais, no mesmo período, foi a maior 8%. O efeito líquido foi uma redução da perda nas transferências do FUNDEB da ordem de 6,89%.

### 3.1.4 Despesas com o FUNDEB



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Observa-se também que, em relação aos programas de trabalho, o Município de Cantagalo liquidou despesas com Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica de R\$ 7.652.994,70, que corresponde a 96,97% sobre o total dos recursos empenhados.

De acordo com o artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos deve ser destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O quadro a seguir demonstra o percentual efetivamente aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, considerando as deduções previstas no artigo 71 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

**Quadro 3.5**

Em Reais

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte 10 - FUNDEB)	DESPESA EXECUTADA
13.1-Com Educação Infantil	81.723,50
13.2-Com Ensino Fundamental	7.571.271,20
<b>TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS COM REMUNERAÇÕES (I)</b>	<b>7.652.994,70</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	7.874.298,99
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	22.204,50
<b>RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (II)</b>	<b>7.896.503,49</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO (%) I/II</b>	<b>96,92%</b>

O quadro 3.5 evidencia que 96,92% das despesas executadas, no exercício corrente, referentes aos recursos do FUNDEB, foram destinadas à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

### 3.1.5 Restos a Pagar do FUNDEB

No exercício de 2017, o saldo inicial dos Restos a Pagar do FUNDEB era de R\$ xxxx, após as movimentações ocorridas durante o exercício, o saldo final dos Restos a Pagar passou a ser de R\$ 4.002,38, como se demonstra:

**Quadro 3.6**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - FUNDEB EXERCÍCIO 2017						
Descrição	Saldo em 31/12/2016	Inscritos	Cancelados	Pagos	Bloqueio Judicial	Saldo em 31/12/2017
Restos a Pagar Processados	193.059,60	4.002,38		193.059,60	-	4.002,38





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Restos a Pagar Não Processados	-	-	-	-	-
<b>Total de Restos a Pagar</b>	<b>193.059,60</b>	<b>4.002,38</b>	<b>0,00</b>	<b>193.059,60</b>	<b>4.002,38</b>

### 3.1.4 Demonstração das Despesas com Recursos FUNDEB

Conforme dispõe o Artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, o quadro abaixo comprova que o Município de Cantagalo empenhou **99,9%** dos recursos do FUNDEB no exercício de 2017.

#### Quadro 3.7

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB - 2017		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício de 2016		7.874.288,99
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb de 2016		22.204,50
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício de 2017 (A + B)		7.896.493,49
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb em 2016	7.891.413,60	
(E) Superávit financeiro do Fundeb no exercício de 2016	-	
(F) Despesas não consideradas	-	
(G) Déficit financeiro do Fundeb no exercício de 2016	-	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de 2017	0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício de 2016 (D - E - F - G - H)		7.891.413,60
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (I/C)		99,9%

### 3.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

O artigo 212, da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Considerando a legislação mencionada e as informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do SIGFIS, apresentamos a seguir base de cálculo para apurar o valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, bem como o Demonstrativo da Execução da Despesa, por fonte de recursos, com o índice alcançado em função da relação entre o valor mínimo apurado e o total de recursos aplicados:

#### 3.2.1 Apuração do Valor Mínimo a ser Aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 3.8

(B)				
Descrição	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)
I - Diretamente arrecadados	6.857.198,00	5.166.338,60	-1.690.859,40	-25%
IPTU	350.000,00	401.991,70	51.991,70	15%
ITBI	300.600,00	291.540,70	-9.059,30	-3%
ISS	4.236.000,00	2.968.404,90	-1.267.595,10	-30%
IRRF	1.365.000,00	1.343.872,60	-21.127,40	-2%
ITR- Diretamente arrecadado	0	-	0,00	
Multas , juros de mora e outros encargos dos impostos	235.000,00	86.504,40	-148.495,60	-63%
Dívida ativa dos impostos			0,00	
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos	370.598,00	74.024,30	-296.573,70	-80%
II - Receita de transferência da União	13.636.200,00	14.105.538,70	469.338,70	3%
FPM	13.421.200,00	13.940.239,20	519.039,20	4%
ITR	95.000,00	44.355,20	-50.644,80	-53%
IOF- ouro	0	-	0,00	
ICMS desoneração	120.000,00	120.944,30	944,30	1%
III - Receita de transferência do Estado	41.000.000,00	36.439.174,50	-4.560.825,50	-11%
IPVA	1.350.000,00	1.302.235,20	-47.764,80	-4%
ICMS + ICMS ecológico	38.700.000,00	34.397.291,40	-4.302.708,60	-11%
Cota parte ITR			0,00	
IPI-exportação	950.000,00	739.647,90	-210.352,10	-22%
IV - Outras receitas correntes do município (transferências)	0	-	0,00	
V - Dedução das contas de receitas			0,00	
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV+V)	61.493.398,00	55.711.051,80	-5.782.346,20	-9%

Verifica-se que, no exercício de 2017, a receita arrecadada líquida de impostos (R\$ 55.711.051,80) foi menor em R\$ 5.782.346,20 do que o previsto para o exercício.

Considerando o limite constitucional, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício em questão, é de R\$ 13.927.762,95, que representa 25% da receita arrecadada líquida do exercício.

### 3.2.2 Despesa Aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

#### 3.2.2.1 Por Fonte de Recursos

Para efeito de cumprimento do disposto na art. 212 da Constituição Federal, o Município de Cantagalo, considerou como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas incorridas nas fontes de recursos de Impostos e Transferência de Impostos, acrescentando o valor da Perda Líquida da Transferência ao FUNDEB e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

deduzindo algumas despesas, conforme demonstrativo a seguir:

**Quadro 3.8**

DESPESAS COM FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidade de ensino	Subfunção	Valor R\$
	361 - Ensino fundamental	5.214.479,10
	122-Administração	
	306 - Alimentação	
	782 - Transporte rodoviário	
Ensino fundamental	Total ensino fundamental (A)	
	365 - Ensino infantil	1.298.749,00
	122-Administração	
	306 - Alimentação	
	782 - Transporte rodoviário	
Ensino infantil	Total Ensino Infantil (B)	
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	
Demais subfunções atípicas consideradas na educação básica	(E)	
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(F)	
(G) Total das despesas com ensino ( A + B + C + D + E + F )		6.513.228,10
(H) Valor repassado ao Fundeb		9.871.090,00
(I) Total das despesas registradas como gasto em educação ( G + H )		16.384.318,10
(J) Dedução do Sigfis/BO		
(K) Dedução de restos a pagar de 2016		
(L) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional ( I - J - K )		16.384.318,10
(M) Receita resultante de impostos		55.711.051,80
(N) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (L/Mx100)		29,41%

Nota-se que o montante aplicado em Educação (R\$ 16.384.318,10) é o somatório das despesas liquidadas no exercício referente às fontes de recursos de Impostos e Transferência de Impostos e a Perda Líquida Transferência ao FUNDEB menos as deduções apresentadas no quadro exposto.

Conclui-se que o Município de Cantagalo aplicou com manutenção e desenvolvimento educacional, no exercício de 2017, o equivalente a 29,41% de suas receitas líquidas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o montante foi superior ao limite constitucional (25%). Cumprindo, assim, com o disposto no artigo 212, da Constituição Federal do Brasil.

### 3.3 APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguraram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo.

De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141/2012, o percentual mínimo das receitas de impostos vinculados a ser destinado pelos estados às ações de saúde permanecerá em 12%, a saber:

*—Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea —a\ do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.¶*

### **3.3.1 Apuração do Limite Mínimo a ser Aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências auferidas pelo Município no exercício de 2017, que são utilizadas como base de cálculo para aplicação de recursos na saúde:

**Quadro 3.12**

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
		Até 6º Bim/2017 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.857.198,00	5.166.338,60	75,34
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	350.000,00	401.991,70	114,85
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	300.000,00	291.540,70	97,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.236.000,00	2.968.404,90	70,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.365.000,00	1.343.872,60	98,45
Imposto Territorial Rural - ITR	0	0	0
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	285.500,00	62.317,90	21,83
Dívida Ativa dos Impostos	250.598,00	74.205,70	29,61
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	70.100,00	24.005,10	34,24
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	54.636.200,00	49.389.901,60	90,4
Cota-Parte FPM	13.421.200,00	12.785.427,60	95,26
Cota-Parte ITR	95.000,00	44.355,20	46,69
Cota-Parte IPVA	1.350.000,00	1.302.235,20	96,46
Cota-Parte ICMS	38.700.000,00	34.397.291,40	88,88
Cota-Parte IPI-Exportação	950.000,00	739.647,90	77,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0	0	0
CONSTITUCIONAIS	120.000,00	120.944,30	100,79
Desoneração ICMS (LC 87/96)	120.000,00	120.944,30	100,79
Outras	0	0	0
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>61.493.398,00</b>	<b>54.556.240,20</b>	<b>88,72</b>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Considerando a Receita Líquida de Impostos, após atualização da previsão da receita (R\$ 61.493.398,00) pode-se observar que o montante da receita líquida arrecadada no exercício de 2017 foi de R\$ 54.656.240,20, ocorrendo um déficit de arrecadação no montante de R\$ 6.937.157,80.

Com base no índice legal de 15% da receita líquida arrecadada, verifica-se que o valor mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2017 é de R\$ 8.183.436,03.

### 3.3.2 Execução das Despesas na Função de Governo —Saúde

#### 3.3.2.1 Por Fonte de Recursos

O Governo do Estado do Rio de Janeiro considerou como aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas incorridas nas fontes de recursos 100,107,122 e 223 deduzindo-se algumas despesas que não estão enquadradas no conceito exposto pela Lei Complementar nº 141/2012, conforme demonstramos a seguir:

Quadro 3.13

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
<b>RECEITAS</b>	
( A ) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	54.556.240,20
RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE	6.340.478,10
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	61.407.742,30
<b>DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	
(A) DESPESAS COM SAÚDE	23.320.783,40
(B) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS QUE NÃO IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.202.615,20
<b>CÁLCULO DOS GASTOS</b>	
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (III) (A-B)	16.118.168,20
<b>% DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, PARA FINS DA EC Nº 29/00 (III/I)</b>	<b>29,54%</b>

As despesas liquidadas, referentes às fontes de recursos de Impostos e Transferências de Impostos, perfazem o montante de R\$ 23.720.783,40, enquanto que as deduções mencionadas são de R\$ 7.202.615,20.

O Município de Cantagalo aplicou, no exercício de 2017, o equivalente a 29,54% de suas receitas líquidas de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, cumprindo com o percentual mínimo de 15%, conforme estabelecido no art. 6º da Lei Complementar n.º 141/2012.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

### 3.3.2.2 *Por Programa e Por Ações de Governo*

Em relação ao programa de governo, apresentamos, a seguir, as despesas aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), já excluídas as despesas que não devem ser consideradas para fins de apuração do percentual mínimo de aplicação.

#### *Por Programa de Governo*

Quadro 3.14

DESPESAS COM ASPS			
CÓDIGO	SUBFUNÇÃO	VALOR R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
122	Administração Geral	11.258.284,40	49,97%
301	Atenção Básica	5.410.512,50	24,02%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.859.382,30	26,01%
TOTAL DA DESPESA COM ASPS		22.528.179,20	100,00%

Das aplicações realizadas em ASPS, no exercício de 2017, verifica-se que as de maiores representatividades são os Programas —122 – Administração Geral e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial, que alcançaram, respectivamente, 49,97% e 26,01% do total das despesas executadas.

O Conselho Municipal de Saúde, através do parecer acostado às fls. 570-571, opinou favoravelmente quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde realizou audiências públicas nos períodos de fevereiro, maio e setembro/2017, em cumprimento ao disposto no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12, cujas atas de audiências estão acostadas às fls 589-621.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

### 3.4.1 PETRÓLEO

#### ROYALTIES

Em Reais

#### 2.8.1) À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES

A movimentação dos recursos recebidos dos Royalties no exercício pode ser resumida conforme quadro abaixo:

RECEITAS DE ROYALTIES - EXERCÍCIO DE 2017		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União		5.089.579,03
Royalties pelo excedente da produção Participação especial	4.707.983,10	
Fundo especial do petróleo	381.595,93	
II – Transferência do Estado		1.227.346,78
III – Outras compensações financeiras		0
IV – Subtotal		6.316.925,81
V – Aplicações financeiras		7.933,55
VI – Total das receitas ( IV + V )		6.324.859,36

A execução da despesa nas funções de governo no exercício de 2017 suportada com recursos dos Royalties está demonstrada no quadro a seguir, onde se verifica que o maior gasto foi realizado na função **15 – URBANISMO**.

DESPESA NA FONTE ROYALTIES POR FUNÇÃO			
CÓDIGO	FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
4	Administração	325.356,19	10,57%
6	Segurança Pública	34.611,32	1,12%
12	Educação	386.056,88	12,54%
13	Cultura	60047,8	1,95%
15	Urbanismo	959.334,35	31,16%
17	Saneamento	44697,18	1,45%
20	Agricultura	161.943,12	5,26%
23	Comércio e Serviços	152.810,72	4,96%
24	Comunicações	4496,17	0,15%
26	Transporte	344.058,60	11,18%
27	Desporto e Lazer	9042,68	0,29%
28	Encargos Especiais	596.175,89	19,36%
	TOTAL	3.078.630,90	100,00%

Verificamos através das informações constantes nos relatórios, que o Município de Cantagalo não aplicou recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas não executadas pela Lei Federal 10.195/01.



### 3.8 DESPESA COM PESSOAL

O caput do art. 169 da Constituição Federal determina que as despesas com pessoal dos entes da federação não poderão exceder aos limites estabelecidos em Lei Complementar. Estes limites estão regulamentados na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Os artigos 18, 19 e 20 da LRF dispõem sobre a definição e limites para apuração de despesas com pessoal, ao passo que os artigos 22 e 23 tratam do controle desses limites, a saber:

➤ Definição de Despesas com Pessoal

O art. 18 da LRF conceitua a despesa total com pessoal como sendo o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Ressalta-se o disposto no parágrafo 1º do artigo mencionado que os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra, relativo à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

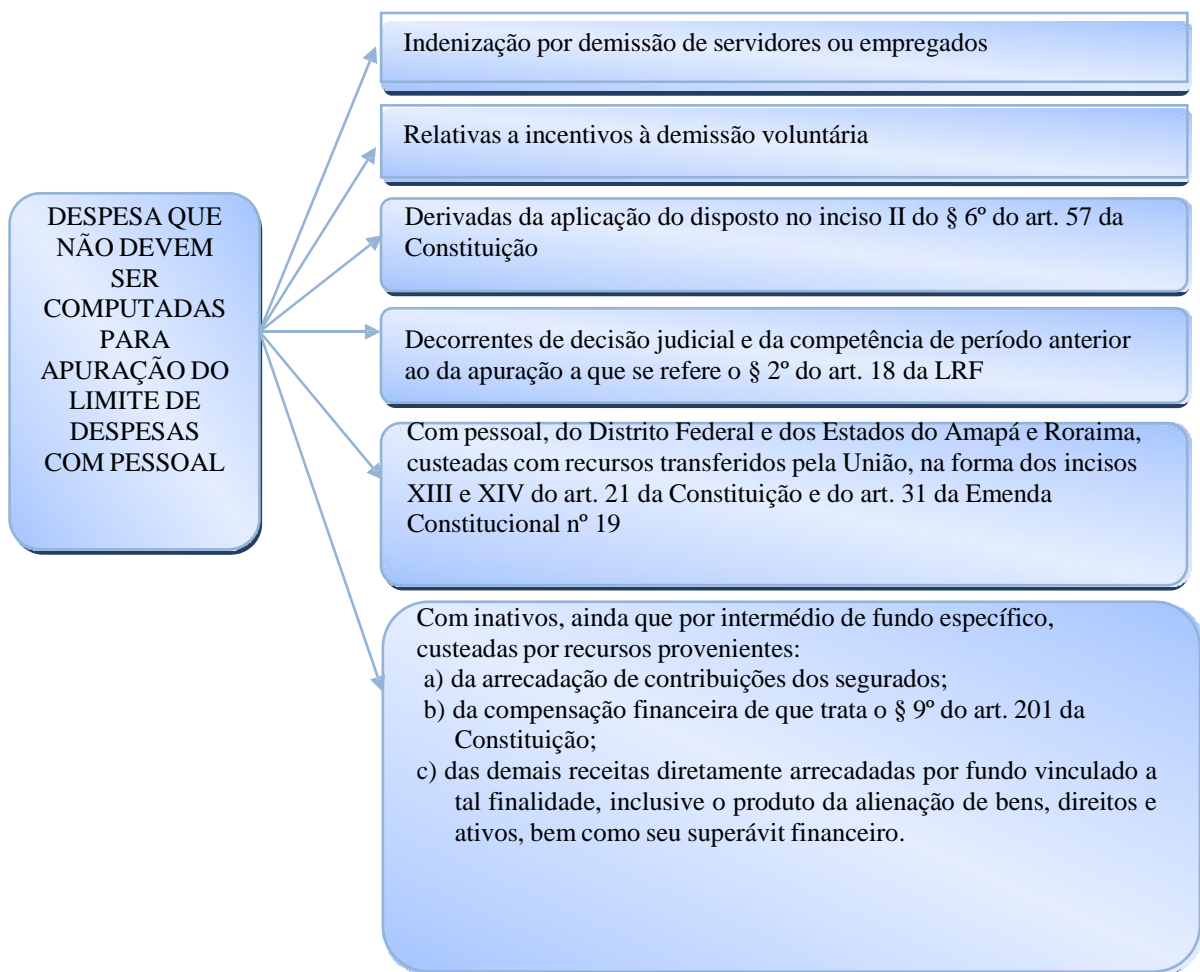


ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

➤ Limites para apuração de Despesas com Pessoal

O art. 19 da LRF estabelece os limites de despesa total com pessoal para cada ente da Federação, no caso dos Estados, essa despesa não pode exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

No § 1º deste artigo foram citadas as despesas que não devem ser computadas para apuração do limite de despesas com pessoal:



O art. 20 da aludida Lei estabelece que a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais em relação à esfera Municipal:

- 49% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;
- 6% (seis por cento) para o Legislativo;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

➤ Controle do Limite estabelecido para apuração de Despesas com Pessoal

O art. 22 da LRF estabelece a verificação, ao final de cada quadrimestre, do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20. Em seu Parágrafo Único determina que, se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido, será vedado ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso, o seguinte:

- concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criação de cargo, emprego ou função;
- alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O art. 23 da LRF estabelece que se a despesa total com pessoal, do poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

- no caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos; e
- a LRF dispõe no art. 23 que é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. As restrições do § 3º do art. 23 deverão ser aplicadas imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

### **3.8.1 Receita Corrente Líquida**

A Receita Corrente Líquida do Município apurada, no exercício de 2017, foi de R\$ 73.602.293,10, como se demonstra:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Quadro 3.38

Em Reais

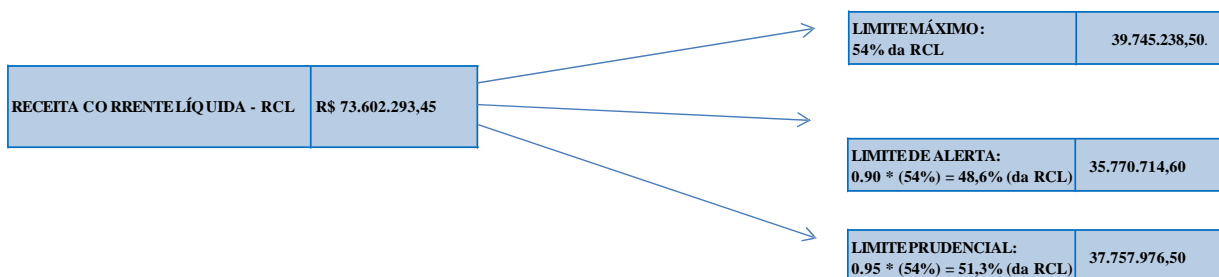
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016	
DESCRIÇÃO	RECEITA REALIZADA
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>86.659.364,80</b>
Receita Tributária	5.818.858,30
Receita de Contribuições	2.983.303,30
Receita Patrimonial	1.499.408,00
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	-
Transferências Correntes	74.867.815,00
Outras Receitas Correntes	1.489.980,20
<b>Deduções ( II )</b>	<b>13.057.071,70</b>
Transferências Constitucionais e Legais	
Contribuição Previ. Assist. Social Servidor (121029)	2.235.376,20
Compensação Financeira entre Regimes Previd. (192210)	950.605,50
Dedução Receita para formação do FUNDEF/FUNDEB	9.871.090,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = ( I - II )</b>	<b>73.602.293,10</b>

Fonte: LRF, art 53, inciso I - Anexo 3

### 3.8.2 Despesas com Pessoal Consolidada

Conforme comentado anteriormente, o limite de despesa com pessoal, no caso dos Municípios, não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida – RCL e se a despesa exceder a 95% desse limite deverá sofrer algumas vedações.

Considerando os percentuais mencionados e a Receita Corrente Líquida – RCL do exercício de 2017, o Município de Cantagalo apresenta os seguintes limites de gastos com pessoal:



Apuração das despesas com pessoal considerando todos os Órgãos do Município (excluindo a Câmara), bem como a apuração dos percentuais destes gastos em relação à Receita Corrente Líquida do Município:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

**Quadro 3.39**

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS Jan/2017 até Dez/2017		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	TOTAL
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	50.050.346,50	15.485,00	50.065.831,50
Pessoal Ativo	37.959.578,80	1.750,00	37.961.328,70
Pessoal Inativo e Pensionista	12.017.282,70	0	12.017.282,70
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	73.485,00	13.735,00	87.220,00
<b>Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	11.427.106,70	0	11.427.106,70
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	9.824,00	0	9.824,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.417.282,70	0	11.417.282,70
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(I - II)</b>	38.623.239,80	15.485,00	38.638.724,80
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>			<b>73.602.293,40</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100</b>			<b>52,50%</b>

Fonte: RGF - ANEXO I

No exercício de 2017, o Município aplicou em despesas com pessoal o montante de R\$ 38.638.724,80, ultrapassando em 1,2% o limite prudencial estipulado pelo art. 20 da LRF (R\$ 880.748,00).

O quadro 3.40 apresenta um estudo da evolução do gasto com pessoal e da Receita Corrente Líquida de 2012 a 2017, conforme abaixo:

**Quadro 3.40**

EVOLUÇÃO DO GASTO DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (2012 a 2017)							
PERÍODO	RCL (A)	VARIAÇÃO (%)	DESP. C/ PESSOAL (B)	VARIAÇÃO (%)	% C=B/A	VARIAÇÃO (%)	INFLAÇÃO IPCA
	VALOR R\$		VALOR R\$				
2º SEM. 2012	64.534.478,37	-	34.334.753,00	-	53,2	-	
2º SEM. 2013	69.400.587,40	7,54	36.865.342,50	7,37	53,12	-0,16	5,91
2º SEM. 2014	72.333.904,77	4,23	36.015.283,70	-2,31	49,79	-6,27	6,41
2º SEM. 2015	73.063.034,11	1,01	39.399.343,20 *	9,4	53,93	8,3	10,67
2º SEM. 2016	71.513.677,50	-2,12	39.907.006,40*	1,29	55,8	3,48	6,29
3º SEM. 2017	73.602.293,10	2,92	38.638.724,80	-2,88	52,5	-5,63	2,95
<b>VARIAÇÃO ACUMULADA ATE DEZ/17</b>		<b>14,05</b>	<b>-</b>	<b>12,54</b>	<b>-</b>	<b>1,32</b>	<b>36,48</b>

(\*) COM O REPASSE DOS ROYALTIES PARA O IPAM

A receita corrente líquida, no exercício de 2017, apresentou um incremento de 2,92%, comparativamente ao ano de 2016 e para a despesa líquida total com pessoal a redução foi de -2,88%, para o mesmo período. O efeito líquido da movimentação, no exercício de 2017, foi uma redução de 3,13% no índice de apuração do limite de despesa de pessoal confrontado com o resultado de 2016.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Segundo o art. 21 da LRF, o percentual máximo a ser aplicado em despesas com pessoal nos Municípios é 54% da RCL, pode-se observar que o Município aplicou, no exercício de 2017, 52,5% da RCL, ainda dentro do limite em relação ao percentual máximo de 54% estipulado pela LRF.

### 3.8.3 À Transferência Financeira para a Câmara Municipal

Observância ao disposto no Artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de Recursos ao Poder Legislativo.

#### LIMITE PREVISTO – BASE DE CÁLCULO - REPASSE RECEBIDO

Em nosso entendimento, temos a seguinte base de cálculo:

Quadro 3.41

A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	R\$
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	
1112.02.00 - IPTU	347.776,38
1112.04.00 - IRRF	1.378.129,48
1112.08.00 - ITBI	274.405,50
1113.05.00 - ISS	3.045.127,86
1120.00.00 - TAXAS	497.967,84
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	84.122,96
1220.29.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP (2)	768.945,95
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL	
1911.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	205.399,05
1913.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	72.942,96
1931.00.00 - DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	202.832,16
<b>SUBTOTAL (A)</b>	<b>6.877.650,14</b>
<b>(B) TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>50.453.591,65</b>
1721.01.02 - FPM	14.398.720,55
1721.01.05 - ITR	73.145,13
1721.01.32 - IOF-OURO	0
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	123.231,60
1722.01.01 - ICMS (incluído ICMS ecológico)	33.774.947,40
ICMS Ecológico	
1911.99.01.001 Multas e Juros de Mora do ICMS	
1722.01.02 - IPVA	1.235.314,36
1911.99.01.002 Multas e Juros de Mora do IPVA	
1722.01.04 - IPI - Exportação	797.673,28
1722.01.13 - CIDE	50.559,33
<b>SUBTOTAL (B)</b>	<b>50.453.591,65</b>
<b>(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS</b>	
<b>(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)</b>	<b>57.331.241,79</b>
<b>(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO</b>	<b>7%</b>
<b>(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2017</b>	<b>4.013.186,93</b>
<b>REPASSE MENSAL (H/12)</b>	<b>334.432,24</b>

Verificamos, de acordo com o quadro a seguir, que o limite de repasse do



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal, foi respeitado. conforme demonstrado a seguir:

LIMITE DE REPASSE PERMITIDO ART. 129-A	REPASSE RECEBIDO (A)	VALOR DEVOLVIDO AO PODER EXECUTIVO (B)	REPASSE APURADO APÓS DEVOLUÇÃO (C) = (A) – (B)
4.013.186,93	4.013.186,88	46.676,38	3.966.510,50

Pelo demonstrado acima, o Município de Cantagalo respeitou os limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

## **CAPÍTULO 4**

### **DÍVIDA PASSIVA**

A Dívida Passiva consiste, em síntese, no conjunto de compromissos financeiros assumidos por um ente público em decorrência de serviços, contratos e fornecimentos, cujos pagamentos não são realizados no ato, ou então, em face de empréstimos contraídos no País ou no exterior para atender às necessidades dos serviços públicos, ou viabilizar a cobertura de déficits orçamentários, ou, ainda, realizar empreendimentos de grande vulto, em que se justifica contratação de um empréstimo ou financiamento de longo prazo.

Para apurar o grau de endividamento do Estado do Município de Cantagalo, procuramos examinar as movimentações e saldos finais das rubricas que compõem sua Dívida Pública, constituída pelas Dívidas Flutuante e Fundada e os saldos referentes às outras obrigações de curto prazo e longo prazo.

#### **4.1 DÍVIDA FLUTUANTE**

Entende-se como Dívida Flutuante, aquela que é contraída por um breve ou determinado período de tempo para atender eventuais insuficiências de caixa, restrita à área nacional, e se caracteriza por indicar débitos de curto prazo, que variam constantemente de valor e cujos pagamentos são realizados por resgates e independentemente de autorização legislativa, sendo compromissos assumidos com amortização inferior a doze meses.

De acordo com o artigo 92 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Dívida Flutuante compreende:

- os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- os serviços da dívida a pagar;
- os depósitos; e
- os débitos de tesouraria<sup>1</sup>.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

O quadro, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Flutuante no exercício de 2017:

**Quadro 4.1**

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE - EXERCÍCIO 2017					
COMPONENTES	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	DIFERENÇA (2017-2016)	AH% (2017/2016)	% DÍVIDA FLUTUANTE
RESTOS A PAGAR PORCESSADOS	2.078.277,30	3.373.054,02	1.294.776,72	162%	41%
RESTOS A PAGAR NÃO PORCESSADOS	2.391.992,68	3.980.025,23	1.588.032,55	166%	48%
<b>TOTAL RESTOS A PAGAR</b>	<b>4.470.269,98</b>	<b>7.353.079,25</b>	<b>2.882.809,27</b>	<b>164%</b>	<b>89%</b>
CONSIGNAÇÃO	355.139,53	870.848,09	515.708,56	245%	11%
<b>TOTAL CONSIGNAÇÃO</b>	<b>355.139,53</b>	<b>870.848,09</b>	<b>515.708,56</b>	<b>245%</b>	<b>11%</b>
DEPÓSITOS	-	3.002,98			0%
<b>TOTAL DEPÓSITOS</b>	<b>-</b>	<b>3.002,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.825.409,51</b>	<b>8.226.930,32</b>	<b>3.398.517,83</b>	<b>170%</b>	<b>100%</b>

No exercício de 2017, o saldo inicial da Dívida Flutuante era de R\$ 4.825.409,51, após movimentações ocorridas no exercício, esse valor passou a ser de R\$ 8.226.930,32, com isso, pode-se verificar um acréscimo de 170% em relação ao exercício anterior.

## 4.2 DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, também conhecida como Consolidada, é aquela que representa um compromisso de valor previamente determinado, garantida por títulos do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, podendo ou não o seu vencimento ser fixado, ou ainda, aquelas assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de financiamentos, e da realização de operações de crédito, sendo a amortização estipulada em prestações parciais, distribuídas em prazos superiores a doze meses, podendo ser interna quando contraída perante credores situados no País, e externa se situados no exterior.

O município de Cantagalo não tem nenhuma inscrição na Dívida Fundada conforme verificado, tanto no exercício anterior, bem como em todos os semestres de 2017, o limite previsto no inciso II, do artigo 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal de 120º da RCL, foi respeitado pelo Município.

## 4.4 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal, em seu artigo 1º, § 1º, inciso V, conceitua a Dívida Consolidada Líquida como dívida pública, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

A Dívida Consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

O artigo 3º da Resolução citada estabelece como limite máximo para o montante da dívida consolidada líquida dos Estados o equivalente a duas vezes a receita corrente líquida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2011, que estabelece Normas de Finanças Públicas voltada para a Responsabilidade na Gestão Fiscal determinou, em seu artigo 55, inciso I, que fará parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, elaborado pelo Poder Executivo e obrigatório a todos os Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF.

O quadro 4.9 demonstra o comparativo da Dívida Consolidada Líquida entre os exercícios de 2016 e 2017.

PERCENTUAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA S/ A RCL							
2016		2017					
2º SEMESTRE		1º QUADRIMESTRE		2º QUADRIMESTRE		3º QUADRIMESTRE	
RCL - R\$		RCL - R\$		RCL - R\$		RCL - R\$	
71.513.677,50		72.559.631,20		73.953.589,00		73.602.293,40	
VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%
-1.354.094,20	-1,89	-7.492.424,90	-10,33	-6.704.092,50	-9,07	-3.571.541,40	-4,85

A Dívida Consolidada Líquida do Município, no exercício de 2017 monta o valor de R\$ 3.571.541,40, não ultrapassando o limite da Receita Corrente Líquida (R\$ 72.602.293,40), autorizado pelo artigo 3º da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal.

## 4.5 RESULTADO NOMINAL

De acordo com o artigo 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo do Resultado Nominal deverá fazer parte do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada exercício.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzindo os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Por tanto, podemos dizer que o resultado Nominal representa, em suma, o acréscimo ou redução da dívida fiscal líquida de um ente.

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do exercício corrente e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

A meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, para o exercício de 2017, foi de R\$ 157.062,60, isso significa, que este é o limite máximo de acréscimo da Dívida Fiscal Líquida previsto para o exercício.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

O quadro, a seguir, demonstrará o comparativo da Dívida Fiscal Líquida entre os exercícios de 2016 e 2017, bem como o Resultado Nominal do Exercício de 2017:

**Quadro 4.10**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Em 31/Out/2017 (b)	Em 31/Dez/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1,1	0	0
DEDUÇÕES (II)	1.354.095,30	5.875.661,60	3.571.541,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.221.532,70	6.022.382,80	6.111.668,00
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	1.867.437,40	146.721,20	2.540.126,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.354.094,20	-5.875.661,60	-3.571.541,50
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,1	0	0
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.354.094,30</b>	<b>-5.875.661,60</b>	<b>-3.571.541,50</b>
Jan/2017 até Dez/2017 (c - a)			
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-2.217.447,20</b>		
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			Valor
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>			<b>-157.062,60</b>

A Dívida Fiscal Líquida do Município, no exercício de 2017, perfaz o montante de R\$ 3.571.541,50 e, em relação ao exercício de 2016, ela sofreu um acréscimo de 64%.

O Resultado Nominal apurado (R\$ 2.217.447,20) excedeu a meta fixada na LDO para o exercício de 2017 em R\$ 157.062,00, que corresponde a 708,3% da meta fixada.

#### **4- Avaliação do Cumprimento das Metas previstas no Plano Plurianual, a Execução dos Programas de Governo e do Orçamento**

##### **4.1) METAS FISCAIS**

O Anexo Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, onde estão estabelecidas metas anuais, relativas a receitas, despesas resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (LC 101/00 – Art.4º)

##### **4.1.1)- Metas de Resultado Primário e Resultado Nominal**

Apresentamos a seguir quadro contendo as metas em valores nominais previstas as respectivas execuções verificadas no exercício financeiro de 2017, em atendimento ao inciso I, artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

DESCRIÇÃO	ANEXO DE METAS (valores nominais)	RREO 6º BIM./17
Receitas	91.540.568,40	83.919.930,10
Despesas	91.540.568,40	81.315.035,00
Resultado Primário	-1.033.465,10	1.248.101,90
Resultado Nominal	-157.062,60	2.217.447,20
Dívida Consolidada Líquida		-5.026.469,0





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

#### **4.2) CUMPRIMENTO DO PLANO PLURIANUAL**

As metas previstas no PPA 2014/2017 estão sendo realizadas em sua maioria de acordo com o previsto

No que diz respeito em específico ao exercício de 2017, as ações foram executadas quase totalmente em conformidade com o disposto na LDO. Foram poucas aquelas executadas parcialmente ou não executadas. Naturalmente, a regra foi a execução de acordo com o planejamento, sendo que as execuções parciais ou não execuções, foram apenas algumas exceções, pois é notório que dificilmente a mencionada execução se dá na plenitude em acordo com a previsão da LDO, pois no transcorrer do exercício, para o qual a LDO se refere, na maioria das vezes surgem situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

Quanto ao cumprimento dos programas de governo e suas ações, estas alcançaram, no exercício que se encerrou em 31-12-2017, a execução orçamentária, com recursos investidos em cada programa de governo visando atingir os indicadores de desempenho propostos.

Verificamos, então, que durante a execução do orçamento para o exercício de 2017, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2014/2017, ficando assim cumpridas as metas estabelecidas.

O Executivo Municipal, cumpriu ao disposto no § 4º, do Artigo 9º da LC Federal 101/00, realizando Audiências Públicas nos períodos de fevereiro, maio e setembro/2017.

## **CAPÍTULO 5 DÍVIDA ATIVA**

Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores.

O § 2º do artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, classifica os créditos em duas categorias: Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

(...)

§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A inscrição em Dívida Ativa é ato jurídico que visa legitimar a origem do crédito em favor da Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de cobrança.

O Estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, com posição em 31/12/2017, foi elaborado em Reais, demonstrados abaixo:

DÍVIDA ATIVA 2017				
CONTA CONTÁBIL	SALDO ANTERIOR R\$	INSCRIÇÕES R\$	BAIXAS R\$	SALDO ATUAL R\$
Créditos a Curto Prazo	784.775,90	1.853.453,03	349.398,33	2.288.831,00
Dívida Ativa Tributária	5.147.565,96	-	209.410,35	4.938.155,61
Dívida Ativa Não Tributária	15.394.109,47	2.315.660,19	860.329,42	16.849.440,24
<b>SALDO</b>	<b>21.326.451,33</b>	<b>4.169.113,22</b>	<b>1.419.138,10</b>	<b>24.076.426,85</b>

## 5.1 CRÉDITOS A RECEBER

CRÉDITOS A RECEBER		
REALIZÁVEL		
	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
TOTAL - REALIZÁVEL:	337.360,99	487.642,67
TOTAL - CRÉDITOS A RECEBER:	337.360,99	487.642,67
TOTAL:	337.360,99	487.642,67



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## CAPÍTULO 6

### **PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES PARA ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NAS CONTAS DE 2017**

Ao emitir o Relatório e Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2016, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ prolatou 13 (treze) Determinações direcionadas para a administração pública municipal.

Considerando que compete à Controladoria-Geral – CGM, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, apoiar o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ no exercício de sua missão institucional – mandamento previsto na Constituição Federal vigente, em seu artigo 74, inciso IV, esta CGM emitiu instrução através dos memorandos 1, 2, 3, 4, 5, de 13 de março de 2018, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos alcançados pelas Determinações e Recomendações do TCE/RJ, visando o acompanhamento das ações saneadoras adotadas.

Cabe esclarecer, conforme preconiza o Art. 4.º da citada Instrução Normativa que cabe ao responsável pela elaboração da Matriz de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCEI fazer uma avaliação se as mesmas foram implementadas dentro de seu respectivo órgão ou entidade, devendo para isso utilizar-se das categorias estabelecidas na referida norma: implementada, parcialmente implementada, em implementação e não implementada.

Dessa forma, visou a Controladoria-Geral, colher informações sobre as providências dadas pelo Poder Executivo às Determinações prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado, apresentar de forma consolidada e transparente as informações prestadas pela Administração Pública do Poder Executivo que se fazem contidas neste capítulo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Apresenta-se, a seguir, um resumo das providências adotadas, no exercício de 2017, para o cumprimento das Determinações do TCE/RJ do Exercício de 2016:

TIPO DE SITUAÇÃO	DETERMINAÇÕES IRREGULARIDADES TCE/RJ	DETERMINAÇÕES IMPROPRIEDADES TCE/RJ	RECOMENDAÇÕES TCE/RJ	TOTAL	% EM RELAÇÃO AO TIPO DE SITUAÇÃO
IMPLEMENTADA	1, 2	2, 3, 4, 5, 6, 7	1, 2	10	76,92%
EM IMPLEMENTAÇÃO					
PARCIALMENTE IMPLEMENTADA		1, 8	1	3	23,08%
NÃO IMPLEMENTADA					
NÃO APLICÁVEL					
NÃO RESPONDIDA PELO ÓRGÃO					
<b>TOTAL</b>				<b>13</b>	<b>100,00%</b>

Anexo ao Relatório, apresentamos o elenco das providências adotadas, contendo as classificações dadas pela CGM, contendo as seguintes situações: implementada, parcialmente implementada<sup>1</sup>, em implementação<sup>2</sup>, não implementada e não aplicável.

## CAPÍTULO 7 CONCLUSÃO

A Controladoria-Geral, conforme disposto no parágrafo 2.º do artigo 36 da Lei Complementar nº 63, de 1.º de agosto de 1990, elaborou o presente relatório visando cumprir uma das suas tarefas precípua que é o relato das contas do governo, no qual buscamos verificar o cumprimento das metas estabelecidas para as ações governamentais.

Por fim, esperamos ter fornecido elementos para auxiliar na avaliação das Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do exercício de 2017.

**MARILDA GUIMARÃES LIMA**

**Controladora Geral**

Contadora

Mat. N.º 204.302-5

CRC-RJ n.º 082542/0-8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## CERTIFICADO DE AUDITORIA

### A CONTROLADORIA GERAL DO MUNCÍPIO,

**Considerando** a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88, no artigo 77 da Lei Federal nº 4.320/64 e no artigo 59 da LRF, pronunciar-se, sobre as Contas de Governo de 2017, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e aqueles referentes às disposições previstas na LRF, que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas pelo Tribunal de Contas;

**Considerando** que as Contas de Gestão do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2017, constituídas dos respectivos Balanços Gerais do Município e das demonstrações técnicas de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes;

**Considerando** o minucioso trabalho da Controladoria-Geral;

**Considerando** o exame a que procedeu o Departamento de Contabilidade;

Emitir **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Senhor **Joaquim Augusto Carvalho de Paula**.

**Marilda Guimarães Lima**

**Controladora Geral**

Contadora

Mat.204.302-5

CRC-RJ -082542/0-8